

Πρό
Πρόλογο
λογο

Πρό
Πρόλογο
λογο

Προ

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Benevides, Bruna G.

Prólogo / Bruna G. Benevides, Ian Guimarães Habib, Sara Wagner York ; organização Renata Carvalho. -- 1. ed. -- São Paulo : Editora Monstra, 2021. -- (Traviarcado ; 1)

ISBN 978-65-992897-3-6

1. Ciências políticas 2. Diversidade sexual
3. Identidade de gênero 4. Pessoas transgênero -
Identidade 5. Políticas públicas 6. Travestis
I. Habib, Ian Guimarães. II. York, Sara Wagner.
III. Carvalho, Renata. IV. Título V. Série.

21-69678

CDD-323.40981

Índices para catálogo sistemático:

1. Diversidade sexual : Política : Brasil : Ciência política 323.40981

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

“Prólogo” é o primeiro volume da Coleção Traviarcado, organizada por Renata Carvalho, com textos de Bruna G. Benevides, Ian Guimarães Habib e Sara Wagner York. A publicação foi composta nas fontes Acumin Pro e BC Mikser, com design de Juno B. e Lucas Candido, revisão de Megg Rayara Gomes de Oliveira. Publicado pela Editora Monstra da Casa 1 em Setembro de 2021, em São Paulo/SP.



EDI
TORA
MONS
TRA

coleção
traviarcado

CASA 

Prólogo

Bruna G. Benevides
Ian Guimarães Habib
Sara Wagner York
Organização Renata Carvalho

Índice

6 Coleção Traviarcado

10 Trans na política, não é um fenômeno, é luta!

Bruna G. Benevides

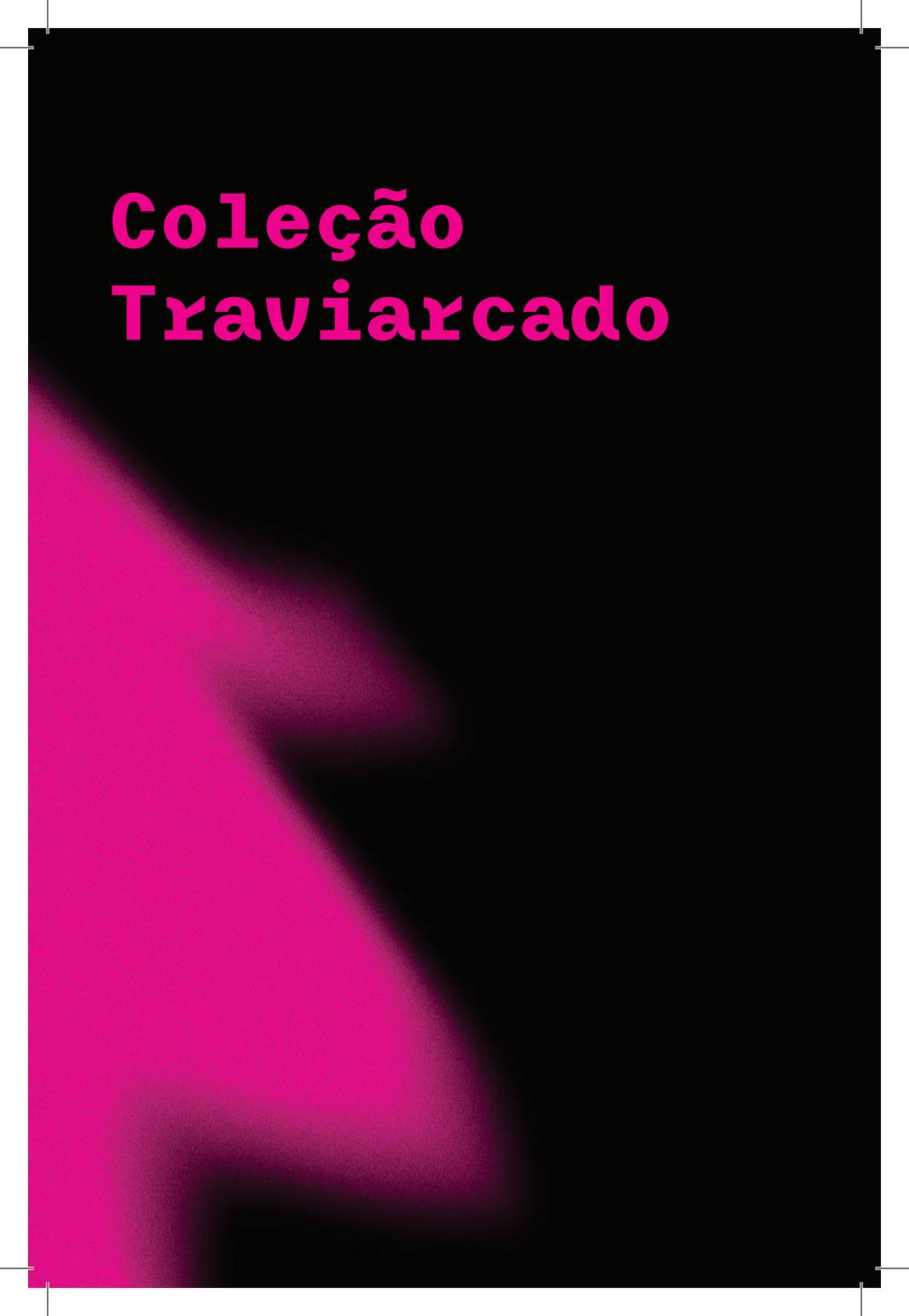
26 Transfantasmagoria: uma breve transarqueologia da (in)visibilidade transmasculina

Ian Guimarães Habib

54 A necapolítica: subversão e educação

Sara Wagner York

Coleção Traviar



Por Renata Carvalho:

A coleção "Traviarcado" tem como objetivo levar para todas as pessoas questões importantes acerca da transexualidade/travestilidade e suas pluralidades, de forma nítida, didática e acessível, mas também, para a disseminação da produção intelectual de pessoas trans/travestis, além de, contribuir com a memória.

Inspirada na coleção "Feminismos Plurais" com coordenação de Djamila Ribeiro, Traviarcado é uma série de livros da Editora Mostra, com coordenação minha - sou transpóloga - que juntas com outros pensadores e intelectuais trans/travestis, abordaremos assuntos como: representatividade, história, política, transcestralidade, cisgeneridade, transfobia estrutural e recreativa, assim como, as interseccionalidades do corpo trans/travesti: negro, gordo, positivo, com deficiência, originário e envelhecido, de forma a ampliar e alargar nossos conhecimentos e percepções sobre corpos trans/travestis.

Há no imaginário do senso comum brasileiro uma construção social, midiática, patológica, criminal, hiper-sexualizante, estereotipada e religiosa do que é ser uma pessoa trans/travesti, a coleção visa ser mais uma ferramenta na (re) construção desse imagético e no combate a transfobia estrutural.

"Traviarcado" quer recontar/revisitar/debater/mostrar diferentes perspectivas, mas a partir do olhar transvestigênera, propondo a naturalização dessas vivências, para juntas, de forma ética, criarmos futuros desejáveis.

"Tem um ponto de marca, que dele, não se pode mais voltar para trás"(Grande Sertão Veredas)

E do alto dos meus silicones anuncio:

Bem-vindes ao Traviarcado

Prólogo é o primeiro livro desta coleção, um prenúncio do que pretendemos compartilhar com todes. Nessa estreia convidamos Bruna Benevides da ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais, para nos apresentarmos a história e nascimento do movimento político das pessoas trans/travestis, da criação da ANTRA até as eleições de 2020. E ainda teremos textos de Ian Guimarães Habib numa genealogia sobre a vivência transmasculina e Sara Wagner York debruçando sobre a travesti na e da Educação.

“Prólogo” é o primeiro livro da coleção “Traviarcado” da “Editora Mostra”, um prenúncio do que pretendemos compartilhar com todes sobre travestilidades e transexualidades, com coordenação da transpóloga Renata Carvalho.

O livro traz textos de:

Bruna Benevides, sargenta da marinha e integrante da ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais, nos conta a história e nascimento do movimento político organizado das pessoas trans/travestis, da construção e fundação da ANTRA até as eleições de 2020.

Ian Guimarães Habib, mestrando em dança e pesquisador, busca em histórias passadas, com as ferramentas de hoje, possíveis vivências de homens trans e pessoas transmasculinas, assim como, o seu apagamento e invisibilidade.

E Sara Wagner York professora mestra e doutoranda em Educação, nos relata como é ser uma pessoa trans/travesti na e da Educação.

Trans na política, não é um fenômeno, é luta!

por Bruna G. Benevides*



Travesti Cearense, Sargenta da Marinha, 1ª Mulher Trans na ativa das forças Armadas no Brasil, autora da pesquisa anual sobre violência contra pessoas trans brasileiras desde 2017 pela ANTRA. Educadora social, Coordenadora do Pré-Vestibular PreparaNem Niterói desde 2016. Vencedora do Prêmio Faz Diferença (Sociedade/Diversidade) do Jornal O GLOBO. Membro Fundadora do Fórum Estadual de Travestis e Transexuais do Rio de Janeiro (FORUMTTRJ), Membro da Diretoria da ABGLT e compõe a RENOSP-LGBTI.

Introdução

De Xica Manicongo (1591)² a Keron Ravach (2021)³, a luta das pessoas trans tem se organizado em torno da necessidade de sobrevivência e do enfrentamento da violência, pelo direito à liberdade, a autodeclaração de gênero, e através do rompimento com as práticas violentas que o *cistema* tem adotado contra essas existências que não se dobram as regras socialmente instituídas sob uma moralidade hipócrita, que sacia seus desejos através da subalternização de identidades, a fim de gerar dependência e subserviência. A sociedade patriarcal é marcada principalmente pela aliança entre o estado, a religião cristã, o capital e a violência, e domina através do estupro, feminicídio, racismo, do empobrecimento e do cissexismo.

Entendendo o **cissexismo** como “a organização *cistemática* de ações, noções discriminatórias e inferiorizantes de maneira institucional e/ou individual contra pessoas trans, a fim de afirmar que travestis, mulheres e homens trans, pessoas transmasculinas e demais pessoas trans seriam seres inferiores, e que deveriam ocupar um lugar subalterno na sociedade. É uma instituição social que legitima e reconhece unicamente as identidades cisgêneras (não trans) em detrimento das identidades transgêneras, através da sub-representação e invisibilidade, a fim de assegurar o status quo das identidades cis como o padrão hegemônico de ser e existir na sociedade.” (ANTRA, 2021).

²Xica Manicongo. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/article/view/41817/0> - acessado em 10/01/2021.

³Keron, 13, assassinada brutalmente no mês da visibilidade trans: a vítima mais jovem do Transfeminicídio no país. <https://ponte.org/keron-13-brutalmente-assassinada-no-mes-da-visibilidade-trans-a-vitima-mais-jovem-do-transfeminicidio-no-pais/> - acessado em 10/01/2021.

Seja por ações diretas ou indiretas, estamos denunciando publicamente uma organização muito bem constituída, sob regras hierarquicamente estabelecidas, onde o topo é dedicado ao patriarca e a base, àquelas pessoas que sequer são reconhecidas como gente, ao ponto de enfrentarem diversos processos de desumanização para que, ao não serem reconhecidas como iguais, seja autorizada todo tipo de violação e violências, inclusive a morte, para punir e conter a subversão não-autorizada.

E o que temos visto nos últimos anos em termos de direitos adquiridos para travestis, mulheres e homens trans, pessoas transmasculinas e demais pessoas trans não se trata exatamente de um fenômeno, **mas do resultado de uma luta organizada e coletiva** que inicia com o levante das travestis, em sua maioria prostitutas, contra o estado e a violência policial, a invisibilidade, falta de acesso a cidadania e as políticas públicas, o assassinato e contra o apagamento de nossas existências.

Um breve histórico: sem luta não há conquistas

Dentre as inúmeras conquistas que se consolidam a partir dessa luta organizada, estão a implementação de uma política de saúde específica para travestis e transexuais no Sistema Único de Saúde desde 2008 (*Processo Transexualizador*), direito ao nome social no cartão do SUS, no ENEM, na administração pública e na educação, direito ao reconhecimento à autodeclaração de gênero e à retificação registral, e mais recentemente, o reconhecimento da transfobia como crime de racismo pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Ver pessoas trans ocupando espaços onde antes não eram vistas, especialmente espaços de poder e decisão, se tornam marcos dessa luta que já vinha sendo trilhada. Arrisco dizer

Trans na política, não é um fenômeno, é luta!

que todas as pessoas trans que estão fora das esquinas, em empregos formais, tendo um teto e alguns direitos assegurados, assim como as pessoas trans nos esportes de alto rendimento, se formando doutoras, mestras e professoras, atrizes, à eleição das primeiras deputadas estaduais em 2018 e a expressiva eleição de pessoas trans em 2020, e mesmo as crianças trans que hoje tem a possibilidade de ser acolhidas por seus familiares, são beneficiárias diretas dessa luta. Todas as pessoas trans, mesmo aquelas que não tiveram contato com essa história, por desconhecimento ou por não acharem importante, tem um compromisso com a continuidade desse processo de mudança, especialmente com aquelas que ainda estão pelo caminho.

O caminho até aqui foi longo. A caminhada é pesada e muitas vezes solitária, perdendo pessoas queridas pelo caminho e encontrando outras que nos estenderão as mãos para que possamos seguir em frente, como der e com as armas que tivermos.

Tentarei ao longo desta escrita pontuar elementos importantes nessa disputa de narrativas para que possamos **travestilizar** nossos ideais em busca de mais conquistas e dias melhores.

“Se as manifestações hoje falam que a repressão era muito grande. A nossa era todo dia. A nossa, a gente não ia para manifestação, a gente ia pra vida. A gente ia sobreviver, trabalhar na prostituição e parecia que a gente estava em uma movimentação todos os dias. (...) Todos os dias a gente se preparava pra guerra e para sobreviver”. (Indinarae Siqueira, para o documentário “Um atentado violento ao pudor”)

A luta organizada de pessoas trans passa a se constituir durante a ditadura militar, mais especificamente contra as ações governamentais e das polícias que promoviam ações

específicas de caça as travestis naquele período⁴, e ganha força durante a epidemia do HIV, quando nasce o movimento de travestis que se organizava para pautar política, direitos e cidadania, mas também por uma sexualidade livre e direito ao corpo, a partir do diálogo com pesquisadores e aliados que se colocavam como interlocutores de nossas vozes naquele período, algumas vezes tutelando nossas potencialidades e se apropriando de nossa narrativa para criar o que se entende sobre que é ser ou como viviam/vive uma travesti ou pessoa trans no Brasil. Apesar das enormes contribuições, o efeito colateral imediato foi **aprimoramento de uma identidade de forma que hoje as pessoas trans precisam revisitar essas narrativas a fim de resgatar essas vozes, as nossas vozes, e falar com nossas próprias palavras, formas e modos, quem somos.**

As travestis, à época – assim como muitas ainda hoje, viviam de forma clandestina, escondidas da luz do dia e com o risco iminente de serem presas por estarem desafiando a regra, de forma pública, no período em que a ditadura impunha a ordem, não apenas através do poder repressor político-militar, mas também através da moral cristã e cis-heterossexual, exatamente pelo ideal de masculinidade que consolida o patriarcado como esse sistema de controle de corpos, subjetividades e sexualidades.

Perseguida pela polícia capixaba na Grande Vitória, simplesmente pelo fato de ser travesti, em Fevereiro de 1979 fui detida na fila de um cinema (Cinema Santa Cecília, no Parque Moscoso, Parque Moscoso era uma área de concentração de prostitutas, área central de Vitória). Fui presa, segundo a polícia, para averiguações. À época tinha essas operações da polícia com alegação que era para averiguações. Porém, fiquei três dias presa, de sexta à

⁴ A caça às travestis na ditadura militar. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2019/03/31/a-caca-as-travestis-na-ditadura-militar/> - acessado em 10/01/2021.

Trans na política, não é um fenômeno, é luta!

segunda-feira, na Superintendência de Polícia Civil. Só fui solta após a chegada de uma advogada da Prefeitura que cuidava dessas causas sociais, não me lembro o nome. (Jovanna Cardoso – Histórico do nascimento do movimento de travestis no Brasil)⁵

Cabe ressaltar que àquela altura, já existiam inúmeras tensões e discussões sobre a transfobia presente no Movimento Homossexual Brasileiro que se colocava na defesa da *heteroperformatividade*, incentivando a subalternização de gays afeminados, que eram jocosamente chamados de “bixas afetadas, e dos (sic) travestis” (MASCARENHAS, 1978, p. 9). Além das tentativas de afastar as travestis do movimento, visto que “causariam uma confusão entre os homossexuais de bem e os (sic) travestis”. O que de certa forma, contribuiu para perpetuar a imagem que vemos hoje atribuída à travesti, nesse lugar marginal onde fomos colocadas junto à sociedade.

Câmara (2002), ao analisar os discursos proferidos por João Antônio Mascarenhas (ex-lampião) na Assembleia Nacional Constituinte, em 20 de maio e 24 de junho de 1987, identifica um esforço para diferenciar a travesti do homossexual. Segundo o autor, Mascarenhas afirmava que havia na sociedade uma confusão entre o homossexual e o travesti [sic], e que “para o movimento gay [sic] era muito ruim”. Assim, para Mascarenhas, “há o homossexual comum e há o travesti, que em muitos casos são prostitutas e acabam se envolvendo com pequenos furtos ou drogas”, de forma que a “imagem predominantemente atribuída ao homossexual na verdade corresponderia ao travesti e esta aproximação atrapalharia o movimento organizado” (CÂMARA, 2002, p. 57).

⁵ Histórico do nascimento do movimento trans no Brasil. Disponível em: <http://www.fonatrans.com/p/historico-do-movimento-de-travestis-no.html> - acessado em 11/01/2021.

Neste processo de retomada de nossas narrativas, construção e organização de uma agenda de luta pelos direitos civis, sociais e políticos das travestis e demais pessoas trans, foi quando

Jovanna Baby, Elza Lobão, Josy Silva, Beatriz Senegal, Monique do Bavieur e Claudia Pierry France, aproveitando o momento onde havia interesse (e investimentos) para serem realizadas pesquisas com as travestis por instituições e pesquisadores que contavam com prestígio na sociedade, **fundam a primeira instituição formal de atuação política das pessoas trans do país.**

E assim, as filhas do HIV/AIDS⁶, instituem, em 15 de maio de 1992 a **Associação de Travestis e Liberados (ASTRAL)** no Rio de Janeiro, a **primeira instituição formal de luta pelos direitos trans no Brasil, quiçá na América latina. Hoje a data é reconhecida como o Dia Nacional do Orgulho de ser Travestis e Transexual (15 de maio), em alusão a fundação da ASTRAL, “que além de quererem banir a violência e a perseguição social, (as travestis) não se viam contempladas nas discussões do MHB (Movimento Homossexual Brasileiro)”**, afirma Jovanna Cardoso⁷.

No início do ano seguinte, em **1993**, aconteceu o **1º Encontro Nacional de Travestis do Brasil**, contando com a **representação de cerca de 120 travestis de todas as regiões do país, a maior parte negras, prostitutas e analfabetas.** A partir daquele momento elas entenderam como poderiam utilizar as poucas ferramentas que se apresentavam para iniciar o movimento de

⁶ Utilizo essa expressão como forma de marcar a importância do movimento de luta contra a epidemia do HIV na fundação do movimento trans. Através dos relatos e da própria história, percebi que foi através da luta contra a AIDS onde muitas ativistas se reconheceram como pertencentes a esse lugar de luta e passaram a compor parte dessa organização que dura até hoje, mesmo aquelas que conviviam com o HIV.

⁷ Idem item 3.

Trans na política, não é um fenômeno, é luta!

transformação na sociedade, de forma a garantir não apenas a sobrevivência, acesso a direitos e a cidadania das pessoas trans, mas **uma mudança profunda nos paradigmas sociais que também impediam as travestis de participar efetivamente das esferas sociais e políticas do país.**

Durante a semana da Visibilidade trans em 2017, eu pude participar das gravações do **documentário “Um atentado violento ao pudor”, um filme de Gilson Goulart (2019)⁸ – disponível no youtube**, que conta a história de vida e de luta de Keila Simpson, travesti, negra, prostituta, maranhense da cidade de Pedreiras, primeira travesti a receber das mãos da então presidenta da república, Sra. Dilma Roussef, o Prêmio de Direitos Humanos no Brasil. Keila passou a compor o panteão daquelas que alicerçaram esse movimento no final dos anos 90, quando inicia sua caminhada junto às travestis parideiras do movimento nacional.

Na busca por uma identidade que as representasse, a **ASTRAL**, recebe outros nomes como **RENTRAL**, **RENATA**, até chegar a, **ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais**, fundada em 1999, sendo uma das mais antigas instituições nacionais LGBTI+ em atividade⁹ e responsável pelas maiores e mais importantes discussões e agendas que passaram a ser pautadas nos **Encontros Nacionais de Travestis e Transexuais que trabalham com a AIDS (ENTLAIDS)**, que acontecem há 23 anos, sendo o maior espaço formativo de ativistas trans do Brasil.

⁸ Um atentado violento ao pudor. (2019). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=idrUxKJ5lzl&t=4800s> – acessado em 11/01/2021.

⁹ E assim nasceu o movimento de travestis e transexuais. Disponível em: <https://antrabrazil.org/historia/> - acessado em 13/01/2021.

A ANTRA participou da construção de inúmeras políticas institucionais, tais como *Brasil sem Homofobia (2004)*, a *I Conferência Nacional LGBTI (2008)*, na *Política Nacional de Saúde Integral LGBTI (2008)*, no *Processo Transsexualizador (2010)*, entre outras, e inclusive em ações no STF (Supremo Tribunal Federal), principal via de garantia dos direitos alcançados até aqui.

Um dos pontos mais marcantes nesse processo foi a campanha **“Travesti e respeito: já está na hora de os dois serem vistos juntos. Em casa. Na boate. Na escola. No trabalho. Na vida”, lançada no Congresso Nacional**, com o objetivo principal de garantir o respeito e a inclusão social da população trans. **Organizada a partir de lideranças e representantes do movimento organizado de travestis e transexuais**, em parceria com o Programa Nacional de DST/Aids, que contava com quatro eixos principais: escolas, serviços de saúde, comunidade e clientes das travestis profissionais do sexo, tendo contato com **27 travestis que participaram da elaboração da campanha**. A data é comemorada como o **Dia Nacional da Visibilidade Trans, 29 de janeiro**, quando pela primeira vez um grupo de travestis ocupou o congresso para pautar a sua cidadania.

Dessa organização, nasceram outras instituições, chegaram outras importantes ativistas e a luta vem se fortalecendo, em um constante movimento de alianças, construções, rupturas e contradições (porque não?), a fim de que possamos seguir ingovernáveis e subversivas como elas nos ensinaram. Surgiram inclusive outras formas de ativismos, que se somam e complementam a essa luta em um movimento constante de retroalimentação.

Assim, a militância passa a contar com outras identidades, as discussões se atualizam e aprofundam, novos caminhos são incluídos nesse processo e **as pessoas trans/travestis se veem pautando as suas próprias demandas, até que em 2013, dentro do movimento de travestis e transexuais, nasce a primeira instituição de homens trans no Brasil, o Instituto Brasileiro de**

Trans na política, não é um fenômeno, é luta!

Transmasculinidades (IBRAT). Costumo dizer que, embora já existissem ativistas e homens trans/transmasculinos lutando, mesmo invisibilizados, o movimento nacional transmasculino foi gestado pelas travestis.

Nossos passos vêm de longe, devemos seguir em frente

A primeira travesti eleita no Brasil para um cargo político foi Kátia Tapety¹⁰, piauiense de Oueiras, que chegou a ser presidenta da câmara e vice-prefeita da cidade entre 1992 e 2000. De lá para cá, entre avanços e retrocessos, de analfabetas, **aprendemos a escrever e a fazer política**, e passamos a ver cada vez mais pessoas trans disputarem as eleições no mesmo momento em que o mundo passa a rediscutir nossa existência e as formas de se relacionar conosco.

Em 2016, para o pleito para a vereança, foram 83 candidaturas e 8 travestis eleitas vereadoras, enquanto em 2018, nas eleições para deputadas estaduais e federais e senadoras, 54 pessoas trans disputaram e vimos 3 travestis negras serem eleitas deputadas estaduais, entre elas, 2 nordestinas. E mesmo quando em 2020 o Brasil segue na liderança do ranking de países que mais assassinas pessoas Trans no mundo de acordo com dados da *ONG Transgender Europe (TGEU)*¹¹. E como uma resposta direta a essa violência, vemos crescer o número de candidaturas

¹⁰ Em 1992 Katia Tapety foi a primeira travesti eleita na política do Brasil. Disponível em: <https://revistahibrida.com.br/2020/09/04/em-1992-katia-tapety-foi-a-primeira-travesti-eleita-na-politica-do-brasil/> - acessado em 13/01/2021.

¹¹ Em 2021 Brasil continua líder mundial de assassinatos de pessoas trans. Disponível em: <https://revistahibrida.com.br/2020/11/17/em-2020-brasil-continua-lider-mundial-em-assassinatos-de-pessoas-trans/> - acessado em 13/01/2021.

disputando. Em 2020, tivemos cerca de 294 candidaturas entre travestis, mulheres e homens trans, e pessoas não binárias, tendo sido eleitas 31 pessoas trans¹² – dentre elas dois homens trans e uma pessoa intersexo como as primeiras representações na política dessas identidades, que poderão contribuir com continuidade do projeto iniciado na pista para a construção de uma sociedade plural e que celebre a diversidade junto ao avanço da sociedade contemporânea e no enfrentamento das desigualdades. A fim de criar um mundo onde as pessoas queiram viver.

Isso vem sendo possível devido a um caminho trilhado com muitas perdas e marcado por muitas mortes, e pela insistência dessas pessoas que ao enfrentar os maiores índices de violências, violações de direitos humanos e injustiças, especialmente quando observamos fatores como a classe social, a cor de sua pele e o gênero, insistem em tentar contribuir com aquilo que é necessário para enfrentar a violência que silencia, a fome que invisibiliza, a falta de acesso à saúde que adocece, a educação sem qualidade e o empobrecimento pela falta de oportunidades de emprego ou de geração de renda.

Muitas dessas pessoas conseguiram driblar dificuldades e se consolidaram como **representações importantes**, esse é o motivo que deve nos fazer acreditar na mudança que temos visto acontecer, embora ainda precária e de forma lenta, pois passamos a contar com o compromisso verdadeiro dessas pessoas que tem a experiência de viver sob um regime de constante gestão da precariedade.

¹² Mapeamento das candidaturas trans em 2020 – ANTRA. Disponível em: <https://antrabrazil.org/eleicoes2020/> - acessado em 13/01/2021.

Trans na política, não é um fenômeno, é luta!

Algumas considerações

A importância desse breve resgate (que é muito mais profundo e com outros elementos – e pessoas, também importantes), na ajuda a pensar sobre a **importância que o movimento de travestis tem na construção e proposição de direitos, para que sejam pensadas políticas públicas a fim de garantir os direitos humanos das pessoas trans**. Essas instituições são a espinhal dorsal de nossas existências. Sem elas, muito provavelmente estaríamos em uma situação muito mais precárias.

É fato que temos diversos avanços e conquistas quando comparamos com outros países pelo mundo. Ouso a dizer que somos um dos países mais avançados nesse sentido. Mas não podemos esquecer que essas conquistas vieram pela **luta de organizações, aliadas e outros agentes** – inclusive aliados que estiveram dentro da estrutura governamental em outros tempos democráticos, e todas daquelas que pretenderam/preendem promover uma reflexão em todas as esferas sociais e junto ao estado. E para tal, a aproximação e fortalecimento dessas instituições tem um papel fundamental para **a manutenção dos direitos adquiridos, assim como para avançarmos naquilo que ainda se faz insuficiente ou inexistente**.

Além da conquista do direito, temos o desafio de garantir o acesso a essas políticas, para que o efeito “só existe no papel” seja vencido, e para que as pessoas trans, especialmente aquelas em vulnerabilidade possam alcançar esse processo. Infelizmente muitas dessas conquistas estão longe de serem efetivadas no dia a dia das pessoas, a partir daquilo que foram pensadas. Seja por falta de conhecimento/divulgação, sucateamento das instituições públicas, falta de verba ou mesmo má gestão, que aliadas à transfobia nas esferas institucionais, acabam violando esses direitos e afastando as pessoas trans.

O acesso às políticas públicas para pessoas trans negras e periféricas, no interior do país ou em locais distantes dos grandes centros é extremamente precário. **Temos um grande desafio para fazer com que as políticas funcionem e sejam acessíveis**, inclusive para que possamos reavaliar e pensar na sua efetividade. Discutir a possibilidade de serem feitas propostas de melhoria das mesmas, levantar dados sobre como as políticas estão, ou não, chegando às pessoas para as quais elas foram pensadas.

Não existe exatamente uma prioridade. Todas as nossas pautas são urgentes e dizem da necessidade de cada pessoa a partir do olhar coletivo, pois estamos falando de uma maioria de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza e em extrema vulnerabilidade. Mas acredito que enquanto não formos capazes de garantir o direito à vida e à segurança, os demais acessos se tornam completamente inviáveis ou de difícil acesso, exatamente pelo contexto de violência em que vivemos no país que mais assassina pessoas trans no mundo.

E ainda é muito difícil avançar quando, de forma totalmente consentida pelo Estado que tem falhado da defesa das pessoas trans, vemos direitos básicos como o uso do banheiro sendo negado e aplaudido, quando um desmonte nas políticas que foram alcançadas e há um projeto de institucionalização da transfobia através da proposição de projetos de leis que pretendem negar direitos a nossa população, ferindo frontalmente a nossa Constituição Federal. Não deveríamos mais estar discutindo esse tipo de questão, deveríamos avançar, mas a cisgeneridade racista não deixa. **Existe uma patrulha constante sobre os limites de nossa existência.**

Diariamente vemos pessoas trans tendo seus nomes ou suas identidades desrespeitadas. Impedidas do acesso a humanidade, relegadas à invisibilidade à violência. E é muito difícil pensar em empregabilidade, acesso a saúde ou educação, sem discutirmos a fundo a violência transfóbica que adoce, silencia, invisibiliza,

Trans na política, não é um fenômeno, é luta!

agride, causa danos à saúde mental, mata e/ou leva ao suicídio. A maioria das questões apresentadas relacionadas a violência, são constantemente apontadas e visibilizadas pelas pessoas trans e suas experiências.

Muitas vezes a violência é a primeira instituição que conhecemos e aprendemos a viver com ela por toda vida. É muito importante entendermos que estamos falando de uma questão de vida ou morte. E a nossa prioridade hoje é essa urgência de afetos e vida que nos tem sido negadas. Enquanto houver pessoas trans com fome, na esquina sem saber se voltarão vivas para casa, invisíveis e com sua humanidade negada, não podemos descansar. Nós devemos isso a essas pessoas!

É necessário destruir esse *cistema* que não foi pensado para nossa existência. Não deveríamos falar apenas em inclusão e visibilidade, precisamos falar em permanência e ações de fato, com respeito e compromisso ético para garantir a integralidade dos sujeitos e de seus corpos. São necessárias ações e esforços transversais que afetem a estrutura social ao ponto de romper com práticas e alianças trans excludentes. Criar e fortalecer uma conexão/compromisso entre *influencers* e artistas trans que não estão construindo diálogo com a militância, com pessoas trans que estão na universidade para que se reconheçam enquanto pesquisadores-ativistas e aquelas pessoas que estão organizadas nos movimentos partidários, de forma com que essas pessoas se comprometam umas com as outras de que são essas instituições e ferramentas devem estar à disposição de nossa luta e não o contrário.

E para isso, o primeiro passo é resgatar essas histórias, muitas que foram perdidas junto com a morte de nossas transancestrais, para podermos celebrar de onde viemos, o lugar na história que estamos ocupando agora e onde queremos levar a continuidade desse processo. Estamos em muitos lugares, existimos a muito

tempo, talvez antes de serem possíveis contar, mas precisamos existir juntas.

Gisberta¹³ foi assassinada em 2006 em Portugal e lá virou um marco na luta contra a transfobia. Enquanto aqui no Brasil há muitas pessoas, trans inclusive, que nunca ouviram falar sobre ela. Precisamos celebrar essas vidas e suas histórias para que não mais se repitam. Não podemos aceitar que quase diariamente percamos uma **Dandara** nesse país. Perdemos muitas companheiras para o Estado, para o HIV, para o silicone industrial, para o hormônio usado de forma indiscriminada e sem acompanhamento. E todo esse processo faz parte do isolamento social que sempre foi compulsoriamente imposto à maioria de nós, e como vimos na atual pandemia da covid-19, o isolamento não faz bem a ninguém.

Vocês precisam conhecer e se possível conversar com Keila Simpson, Anyky Lima, Jovanna Baby, Megg Rayara, Dediane Souza, Marcelly Malta, Alexandre Peixe, Raicarlos Durans, Neon Cunha, Sara Wagner York, Indianare Siqueira, Lam Mattos, Andrea Brazil, e tantas outras pessoas para que elas possam lhes dizer sobre a importância de estarmos em rede. E isso só será possível se estivermos em constante movimentação e diálogo entre nós, apesar e a despeito das disputas e/ou das diferenças. Precisamos entender em definitivo que, ou nos juntamos assim como fizeram as travestis nos idos anos 70/80/90, ou morremos isolades, exatamente o que tem acontecido. É preciso estar junto das pessoas que têm o mesmo ideal de transformação que o nosso e que não negocie nossas vidas ou em nosso nome.

Leiam o que as pessoas trans tem produzido, participem desse momento. Procurem saber da história daquelas que se

¹³ A brasileira que virou símbolo LGBT e cujo assassinato levou a novas leis em Portugal. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/02/160218_brasileira_lgbt_portugal_mf - acessado em 13/01/2021.

Trans na política, não é um fenômeno, é luta!

foram, como **Claudia Wonder, Brenda Lee, Andreia de Maio, Claudia Celeste, Janaina Dutra, Fernanda Benvenuti, Amanda Marfree**, e outras travestis que transformam suas mortes em vida para pavimentar esse caminho. Pessoas fortes, raivosas, muitas tidas como violentas na luta e defesa radical de nossos direitos, e indignadas com a situação de nossa população.

Inclusive para que as pessoas que nos antecederam e seguem na luta possam ter alguma garantia da continuidade do sonho que elas transformaram em realidade. Que elas possam ter um pouco de paz depois de tantos anos de resistência. Elas merecem isso, e em muitos momentos, ouvi várias afirmarem que nunca imaginaram que estariam vivas para ver o que estamos vivendo.

“Quando eu me coloquei nessa luta, nosso maior desejo era sobreviver. Jamais pensei que um dia teriam tantas pessoas, que nem nos conhecem, e estão gozando de alguma dignidade graças a uma travesti, negra e nordestina. Realmente o que fizemos foi algo extremamente potente e que não pode-se perder. (Jovanna Cardoso, durante o V Encontro Nacional do FONATRANS – Rio de Janeiro/RJ (2019).”

Lutar para nós é uma necessidade de vida. Precisamos construir um mundo onde **as pessoas queiram viver e possam seguir vivas.** Fazer esse movimento de falar das mortes para gerar vida, onde a violência e o suicídio não estejam mais entre nós. Temos um longo caminho pela frente e (ainda) não chegamos onde queríamos, mas estamos no caminho. Um caminho muito mais ameno que outrora é verdade. E é exatamente por isso que devemos vencer a reprodução dos jogos da cisgeneridade entre nós, para que possamos seguir juntas, livres, firmes, fortes e vivas!

**Lutar vale a pena.
Só a luta muda vidas.**

Transfantasmagoria: uma breve transarqueologia da (in)visibilidade transmasculina

por Ian Guimarães Habib*



Ian Habib é performer, escritor, pesquisador e professor transgênero (UFMG/UFRGS). Mestrando em Dança (CAPES/UFBA), com o projeto *Corpos Transformacionais*. Investiga Dança Butô, Performance e Gênero, com ênfase nas poéticas das transformações corporais e alterações de estados corporais. Criou e produz o @desmonteseminario, e o ABCDário Desmonte. Criou o @muthabrasil. Coordenador da Linha de Estudos Trans, Travestis e Intersexo do grupo de pesquisa NuCus (POSCULT/UFBA).

O duplo vínculo

Pode o invisível ser visível?¹⁵ Começo este texto com uma brevíssima narrativa de um acontecimento de meu cotidiano, levando em conta a importância das produções autobiográficas transmasculinas e/ou não binárias nas construções de conhecimento trans e na produção histórica.

Para Bourcier (2011), a autobiografia trans, como uma tecnologia produtora de subjetividades por meio da linguagem, gera questões essenciais sobre a biopolítica e a transformação de gêneros. Nesse sentido, **narrativas autobiográficas pretendem romper o silêncio imposto**. Uma história de vozes torturadas, línguas rompidas, idiomas impostos, discursos impedidos e dos muitos lugares que não podíamos entrar, tampouco permanecer para falar com nossas vozes” (KILOMBA, 2019, p. 27).

Durante o ano de 2019, participei de inúmeras reuniões durante a produção de um trabalho. Notei que uma das pessoas da mesma equipe que eu, sem nunca ter me conhecido antes dali, passou todos os meses de produção sem me dirigir a palavra, mesmo passando horas ao meu lado sozinha, chegando a pronunciar em voz alta agradecimentos consecutivos a todas as pessoas presentes no mesmo cômodo, nominalmente: “Pablo, João, Marcos, Júlia, Catarina...Agradeço! ” Esperei por muitos meses ouvir meu

¹⁵ Esta pergunta faz referência a indagação “Pode o subalterno falar?” (SPIVAK, 2010), que nomeia o livro de Gayatri Chakravorty Spivak. A partir desse questionamento, a autora (idem) problematiza a constituição do Sujeito universal branco e eurocêntrico como uma estrutura de saber e poder dominante em relação a outras vozes marginalizadas e subalternizadas. Aqui, partindo de questionamento similar, problematizo a constituição de um Sujeito universal branco, eurocêntrico e cisgênero como estrutura de saber e poder dominante em relação a campos de visibilidade que permeiam as existências de homens trans, pessoas transmasculinas e/ou não binárias, e suas demandas políticas, sociais, culturais e históricas.

nome. Isso nunca aconteceu. Eu me perguntava semanalmente: Sou eu invisível?

Foi quando notei que o mesmo acontecimento havia ocorrido por ocasião da censura institucional de meu corpo em meu espetáculo solo Sebastian (2018), durante o evento FITUB (Festival Internacional de Teatro Universitário de Blumenau), em Santa Catarina. A circulação da performance foi proibida pelo prefeito da cidade de Gaspar.

Nenhuma das mais de dez mídias que veicularam o fato citaram o meu nome¹⁶. Como é possível escrever sobre a censura de um solo sem citar o nome do único performer? Igualmente, nomes de homens trans e outras identidades trans masculinas e/ou inconformes aos gêneros binários não foram materializados em manuais médicos, como os da década de 1950 (AGUIAR, 2020), e em notícias de jornal, como uma das que apresentarei aqui, em 1897.

Comecei a chamar esse processo de Transfantasmagoria (HABIB, 2021a), para me referir ao fato de que corpos trans tornam-se fantasmas em certas configurações de poder cisheteronormativas. Contudo, notei igualmente que o procedimento de apagamento do nome e a ausência do direcionamento discursivo eram somente alguns dos mecanismos cisheteronormativos históricos de apagamento da existência dessas identidades. Mas por qual motivo isso ocorre? Minha hipótese é a de que não há uma única resposta para essa pergunta, o que aponta para a necessidade de produção de um arquivo trans por meio de uma Transarqueologia – desejo extrapolar aqui a historiografia cisgênera, europeia e branca, e investir em uma (re)escrita histórica a partir da produção de análises de um arquivo corpo e gênero diverso.

¹⁶ Disponível em: <<https://www.nsctotal.com.br/colunistas/fernanda-nasser/cancelamento-de-peca-de-teatro-gera-polemica-em-gaspar>>. Acesso em 10 Jan 2021.

Transfantasmagoria: uma breve transarqueologia da (in)visibilidade transmasculina

A arqueologia, como proposta por Foucault (2000) não é “parente nem da geologia (como análise dos subsolos), nem da genealogia (como descrição dos começos e das sucessões); ela é a análise do discurso em sua modalidade de arquivo.”¹⁷. Já as Transarqueologias são operações sobre a memória dessa população em relação à produção de inteligibilidade, legibilidade, legitimidade, seguridade e dizibilidade sobre a mesma em aparatos discursivos, em um campo de disputa social, política e histórica combativo à ausência de uma historicização da cisgenderidade. Uma Transarqueologia resistente às “operações colonizadoras de sistemas de poder institucionais e não institucionais que produzem a passagem dessas corporeidades e gêneros diversos entre o visível e o invisível” (HABIB, 2020b). A invisibilidade e a hipervisibilidade são polos opostos e simultâneos duplamente vinculados, ou seja, informações conflitantes recebidas ao mesmo tempo (idem).

Nota-se, pois, que essas inquietações, que não deixam de ser testemunhos da ocasião de minha própria censura, não constituem apenas objeto de uma lamentação não saudosista pelas ameaças de morte recebidas por mim, mas matéria para afirmar que antes de (re)escrever nossa possível História será preciso nos nomear e investir em processos que tornem nossas vozes audíveis, apreensíveis e consideráveis.

¹⁷ FOUCAULT, Michel. *Arqueologia das ciências e história do pensamento*. Ditos e Escritos II. Org. Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p. 72

Entre a invisibilidade e a hipervisibilidade

Não existimos porque somos “reconhecidos”, mas porque somos “reconhecíveis”. (BUTLER, 1997, p. 5-6).

Partindo desse pensamento de Butler (1997, p. 5-6), pode-se afirmar que uma pessoa irreconhecível é uma pessoa que não existe. Para Butler (idem), ser reconhecível e ser reconhecido não são, portanto, sinônimos. A existência de registros históricos sobre homens trans, pessoas transmasculinas e/ou inconformes, por si só, não garante a inteligibilidade desse grupo, devido às condições cisheteronormativas brancas de produção desses enunciados. As produções de hipervisibilidade configuram o ser “reconhecido”, presente em disseminações midiáticas, presença de registros históricos sobre populações, dentre outros. No outro polo, em simultâneo, a invisibilidade está configurada pela ausência do ser “reconhecível”. Esses polos engendram campos de contestação social, histórica e política em relações de poder, saber e ser resistentes à cisheteronorma, que objetivam promover a inteligibilidade, legibilidade, legitimidade, seguridade e dizibilidade a esses grupos.

Pela mesma perspectiva, ser hipervisível, ser reconhecido ou simplesmente visto não é necessariamente ser reconhecível, inteligível, legível, legitimável, segurável e dizível. Ser inteligível é uma demanda política coletiva desses grupos, que não passa necessariamente por desejos relativos a vivências de disseminação midiática, por exemplo, já que muitas pessoas não desejam sequer ter suas narrativas e imagens publicizadas. Ademais, a compulsoriedade da invisibilidade, quando esta se faz obrigatória na iminência de morte ou prisão, não pode ser pensada como um desejo, e sim como uma violência cisheteronormativa à existência. Atribuir à esse grupo a causa de sua própria ininteligibilidade é

uma inversão colonial, no sentido proposto por Kilomba (2019). Mas quando esses corpos, afinal, tornaram-se hipervisíveis, reconhecidos?

A série de televisão *The L Word*, dedicada às vivências homossexuais de mulheres, começou a ser transmitida no Brasil em 2005 na emissora *Warner Channel*¹⁸. Na terceira temporada, há o personagem trans Max, que foi um marco histórico na visibilização das vivências de gênero e sexualidade de homens trans, pessoas transmasculinas e/ou não binárias no país, ao vivenciar um relacionamento homossexual com uma gravidez inesperada. A passagem de Max na série não oferecia, contudo, uma possibilidade de representatividade à comunidade, já que o personagem era interpretado por uma mulher cisgênera. **Esse fato dificultava a compreensão das diferenças entre a homossexualidade e a transgeneridade**, e reafirmava a ideia de que a vivência transmasculina não era de forma alguma corporificada, já que na visão cisgênera Max é “mulher” (por isso interpretado por uma mulher) que “virou homem”.

Três anos depois, o *Processo Transsexualizador* foi criado em 2008 pelo Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil, através da Portaria nº 1.707¹⁹. Essa portaria garantiu procedimentos de redesignação sexual apenas para mulheres trans, fato que pode também ser explicado pela ausência de movimentos sociais organizados por homens trans, pessoas transmasculinas e/ou não binárias. A baixa articulação política desse grupo continua uma realidade, ainda que alguns avanços tenham ocorrido. Em 2010, por exemplo, a mídia brasileira divulgou amplamente a

¹⁸ Disponível em: <<http://televisao.uol.com.br/ultimas-noticias/2005/07/07/ult698u8786.jhtm>>. Acesso em 10 Jan 2021.

¹⁹ Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt1707_18_08_2008.html>. Acesso em 10 Jan 2021.

Resolução 172 nº 1.955/2010 (CFM)²⁰. Contudo, essa resolução autoriza as cirurgias de retiradas de ovários, útero e mamas para “transexuais femininas”, uma das expressões biomédicas biologizantes que a cisgeneridade utiliza para classificar homens trans e outras identidades transmasculinas e/ou inconformes aos gêneros binários, e submeter esses corpos às miradas dos sistemas da psicologia, psiquiatria, endocrinologia, dentre outros. Contudo, muitas tentativas de tornar essas vivências inteligíveis têm sido feitas. Para Paul Bourcier e Pascal Molinier (BOURCIER & MOLINIER, 2008), Halberstam, por exemplo, foi uma das pessoas a empreender um importante movimento de visibilização dessas identidades de gênero, que contemplam uma enorme variedade de categorias, como *butches*²¹, *trans butches*²², masculinidades femininas, FTM²³, transgêneros, dentre outras. Essas nomeações, entretanto, foram mudando ao longo dos anos e de acordo com cada localidade, já que as identidades não são estáveis e nem fixas, mudando de acordo com movimentos culturais, políticos e sociais.

Essa tentativa de produção de inteligibilidade, ainda em meados de 2008, foi acompanhada de uma das principais ferramentas mundiais de visibilidade e hipervisibilidade utilizadas

²⁰ Disponível em: <<https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2010/1955>>. Acesso em 10 Jan 2021.

²¹ Butch é uma categoria de identidade presente na comunidade lésbica e transmasculina, e define experiências de performance de gênero que tangem masculinidades ao mesmo tempo que questionam a masculinidade cis e/ou hétero.

²² Idem.

²³ Emily Nelson (2011), em sua análise sobre autobiografias de homens trans e pessoas transmasculinas e/ou não binárias publicadas entre 1977 e 2008 nos Estados Unidos e Reino Unido, apontou a utilização do termo FTM (female to male) pelas mesmas. Hoje o termo está cada vez menos comum, visto que apresenta em sua constituição linguística a ideia biologizante de uma “mulher” que “vira homem”, oriunda da Medicina.

por homens trans e outras identidades transmasculinas e/ou não binárias, a plataforma virtual denominada como *Youtube*, utilizada para difundir relatos biográficos, trocar informações sobre transgeneridade e violências cisnormativas, no que diz respeito à saúde, sexualidade, modificações corporais, direito, educação, empregabilidade e outros campos. Algumas narrativas, na mesma época, também invadiram a plataforma do Tumblr. Esse fluxo virtual intenso, apesar de ser importante na formação de comunidades e trocas de vivências biográficas que extrapolam as normatividades biomédicas, não se materializava da mesma forma nos movimentos sociais, já que em 2009, a presença de homens trans e outras identidades transmasculinas e/ou inconformes aos gêneros binários nesses espaços era ainda irrisória, ou inexistente²⁴. Essa ausência dificultou muito o processo de reconhecimento da vivência dos homens trans, por exemplo, que permaneceram, em alguns casos, sendo reconhecidos como mulheres homossexuais mesmo nos próprios movimentos LGBT na década passada.

Outro avanço se deu pela intensificação da formação de movimentos sociais organizados, como o **Núcleo de Apoio a Homens Trans – NAHT (2011)**, a **Associação Brasileira de Homens Trans – ABHT (2012)** e o **Instituto Brasileiro de Transmasculinidades – IBRAT (2013)**, dentre inúmeros outros posteriores²⁵. Esses movimentos lutam cotidianamente para **promover políticas de representatividade** coletiva para esses grupos. Paralelamente a essas formações, outro movimento começou a se intensificar no Brasil. De 2012 a 2014, os canais biográficos mantidos por

²⁴ Essa informação pode explicar a ausência de políticas para homens trans nos processos de afirmação de gênero.

²⁵ Como o Homens Trans em Ação – HTA (2015/2017) e Coletivo de Artistas Transmasculines – CATS (2020).

esses grupos no *YouTube* se multiplicaram no país, contribuindo imensamente para a criação de regimes de representatividade e visibilidade. Esses regimes contribuíram com a formação de redes brasileiras de luta política, por meio das quais **foi possível incluir na legislação, em 2013, procedimentos de modificação corporal destinados a homens trans e outras identidades transmasculinas e/ou não binárias**. Essa decisão é importante do ponto de vista da produção corporal de expressão dos binômios sexo/gênero, parte do processo de construção da identidade como:

O ponto de encontro, o ponto de sutura, entre, por um lado, os discursos e práticas que tentam nos “interpelar”, nos falar ou nos convocar para que assumamos nossos lugares como os sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode “falar”. (HALL, 2000, p. 111-112, aspas e grifo do autor).

Para retomar Bourcier (2011), em sua afirmação sobre a importância das narrativas autobiográficas trans como tecnologias produtoras de subjetividades na construção da identidade, considero importante resgatar algumas de minhas próprias memórias, advindas da utilização de mídias sociais para acessar informações sobre homens trans, pessoas transmasculinas e/ou gênero inconformes. Observei que os fluxos de informações nesses veículos de comunicação, que antes eram concentrados no *YouTube*, foram sendo redistribuídos também para outras mídias sociais, como o *Facebook*, o *Twitter* e, principalmente, o *Instagram*.

Esse processo de visibilização de construção de identidades em mídias sociais tornou finalmente esses grupos “reconhecidos” (BUTLER, 1997) ao longo da última década, mas ainda não “reconhecíveis” (idem). Em outras palavras, ainda que essa

população seja reconhecida em 2021, ela ainda não é reconhecível, ou seja, inteligível, já que segue sendo subalternizada, apagada, marginalizada e invisibilizada. Muito se tem indagado acerca dos motivos dessa invisibilidade. Porém, a ausência de respostas definitivas pode proporcionar um espectro de possibilidades a serem analisadas. Para Halberstam (1998), por exemplo, as masculinidades nesses grupos de pessoas são consideradas **“as sobras desprezíveis da masculinidade dominante, com o fim de que a masculinidade dos homens [cisgêneros] possa parecer como [a única] verdadeira”** (HALBERSTAM, 1998, p. 1).

O processo de inteligibilidade dessas existências é dificultado ainda por narrativas biologizantes, que atribuem forçosamente a categoria parcial ou única de “mulher” a homens trans e a outras identidades transmasculinas e/ou inconformes aos gêneros binários, e que constroem discursos que supõem que exista a verdade única do sexo. Através dessas violências cisheteronormativas, essas pessoas são classificadas equivocadamente como *homens falsos, a mulher, a mulher que queria ser homem, “ele” e “homem”* (entre aspas, nessas duas últimas expressões, aponta para suposição cisgênera de que aquela pessoa na verdade não seria *ele/homem*, ou seja, “homem de verdade”, e sim *ela/mulher*).

Uma breve transarqueologia transmasculina

A invisibilização de vivências de homens trans, pessoas transmasculinas e/ou gênero inconformes não se dá pela ausência de registros sobre essas vivências – ainda que em alguns casos de fato faltem registros e pesquisas no campo da saúde, por

exemplo²⁶ –, e sim por um campo de formulações cisheteronormativas sobre as mesmas, que necessitam de contestação. Ainda que essas vivências e fatos sobre as mesmas tenham sido registrados, elas continuam ininteligíveis tanto em narrativas ficcionais, quanto em narrativas reais.

No campo ficcional, temos como exemplo o personagem **Diadorim** em *Grande sertão: veredas* (2019), de 1956, do autor Guimarães Rosa, que nunca foi apresentado como trans, o que leva as pessoas a compreenderem equivocadamente como uma mulher fantasiada de homem. Fora das narrativas ficcionais, temos **Lourival Bezerra de Sá**, possivelmente nascido em 1941. Ele faleceu em 2019 e foi midiaticizado pelo EPTV2 da G1 através da seguinte manchete cisheteronormativa: “idosa que se passava por homem”²⁷. Porém, a trajetória de vida de Bezerra de Sá explicita sua vivência de gênero como homem, tanto em seus documentos, quanto em relatos de pessoas conhecidas que afirmam sua **autodesignação**. Mesmo em processos póstumos, muitas outras pessoas trans ainda têm suas identidades de gênero desrespeitadas em mídias.

Menos de dez anos depois do nascimento de Bezerra de Sá, nasceria **João W. Nery no Rio de Janeiro (1950)**. Nery, um transhomem, começou sua reafirmação de gênero aos 27 anos de idade, contando muitas das dificuldades que passou nesse processo em um **livro chamado “Erro de Pessoa” (1984)**. Neste

²⁶ Muitas das minhas vivências em consultórios endocrinológicos apontam para dubiedades médicas e imprecisões relativas à pesquisas voltadas à saúde dessa população. Como exemplo, ainda não há consenso entre profissionais da medicina no Brasil quanto à utilização de testosterona em homens trans, pessoas transmasculinas e/ou gênero inconformes em relação ao câncer de mama.

²⁷ Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2019/02/04/muito-esquisito-diz-ex-vizinha-de-idosa-que-se-passava-por-homem-em-ituverava-sp.ghtml>>. Acesso em 09 Jan 2021.

livro, Nery utiliza a expressão “transexual feminino” (NERY, 1984) para si, uma denominação biologizante utilizada pela Medicina. Além disso, ele relata sua participação como “cobaia” (idem) em um “caso” (idem) promovido por seu médico em congresso.

Posteriormente, o autor publicou “**Viagem Solitária**” (2011), uma releitura de sua história antes publicada, com acréscimos sobre sua paternidade. Neste livro, outras expressões aparecem, como transexual, trans, transmulher, transhomem, homem trans, MTF, FTM. Nery, no capítulo 17 – “O reencontro de cobaias” (NERY, 2011, p. 303), descreve o reencontro com três amigos trans, aproximadamente da mesma geração que ele, após 30 anos. **Davi, administrador, tem por volta de 50 anos** (NERY, 2011). **Amadeus, com 58 anos, é advogado, evangélico e tornou-se corretor** após passar por processos de afirmação de gênero, devido à impossibilidade legal de alteração do registro civil (idem). Amadeus tem um casal de filhos adotados (idem). **Darcy, com 49 anos**, também adotou um filho (idem). Nery relata que a cumplicidade que imediatamente se estabeleceu entre nós nos fazia sentir como se tivéssemos convivido durante todo esse tempo, ou como irmãos que moram longe uns dos outros” (NERY, 2011, p. 303).

Em 2014, durante um encontro que tive com o autor, no 1º Congresso de Diversidade Sexual e de Gênero da UFMG, ele nos disse, em uma roda de conversa para homens trans, pessoas transmasculinas e/ou inconformes aos gêneros binários, que nós também seríamos “cobaias” desses experimentos, já que “ninguém sabe os efeitos colaterais da hormonização em nossos corpos ao longo do tempo, a medicina não se interessa em efetuar pesquisas que de fato importem à nossa saúde”. No exato momento dessa fala, senti como se meu corpo estivesse interligado a todos aqueles corpos. Tão próximos e tão distantes de mim, numa espécie de cumplicidade transformacional histórica: a memória da leitura do encontro de Nery com Davi, Darcy,

Amadeus, e a presença de João W. Nery ali, junto de todos os outros e outres de diversas gerações naquela sala, me indicou a ausência de formulação de um arquivo de pesquisas médicas sobre a nossa comunidade ao longo da História. Conectamos-nos por uma série de incertezas. Aguiar (2020), que traça pensamentos sobre a História dessa população, partindo de algumas perspectivas contidas em manuais médicos da década de 1950, aponta a mesma mirada cisnormativa da medicina reconhecida por Nery. Quando se registra um fato Histórico sobre um indivíduo ou comunidade, a quem ele interessa? Os próprios mecanismos de registro cisheteronormativos e brancos, que produziram enunciados sobre essas vivências ao longo de toda História, podem ser contestados, já que essas produções revelam problemas em todos os campos do conhecimento, sendo a saúde dessa comunidade um deles.

Na época de lançamento de seu primeiro livro, Nery ainda não permitia sua identificação por imagem em entrevistas dadas. Foi Nery invisível. Uma das respostas que justifica a invisibilidade dessa comunidade é a opção de algumas pessoas pelas *escolhas secretas*²⁸, quando estas são possíveis e/ou desejáveis devido à insegurança da publicização da transgeneridade – a iminência da “descoberta” pode acarretar violência policial, física, sexual, médica, jurídica, dentre outras –, para citar alguns dos motivos. Essas operações de invisibilidade podem ser pensadas como algumas das estratégias de sobrevivência possíveis para essas pessoas.

Esse fato aparece nas próprias narrativas de Nery (1984; 2011) com especial força, já que o autor passou por alguns de

²⁸ Expressão que criei para traduzir *live stealth*, em inglês, expressão que “descreve atitudes de pessoas transgêneras que não desejam revelar publicamente suas transgeneridades” (HABIB, 2020b, p. 194).

seus processos de reafirmação de gênero durante a ditadura militar, nos anos 70: "Fez a mamoplastia masculinizadora e a panhisterectomia durante a ditadura militar em 1977, vinte anos antes das cirurgias serem legalizadas." (COELHO; NERY; SAMPAIO, 2015).

Nesse período, esses procedimentos cirúrgicos eram proibidos no país, e os médicos que os realizassem eram presos por serem considerados criminosos²⁹. No Brasil, a legalização desses procedimentos, para as pessoas transexuais, **ocorreu inicialmente no sistema privado, em 1997, através da Resolução do Conselho Federal de Medicina nº 1.482** (COELHO; NERY; SAMPAIO, 2015).

O medo da perseguição da ditadura se revela também na necessidade que as pessoas trans tinham de contornar a lei, para conseguirem outros documentos de identificação como certidões de nascimento, visto que a troca de registro civil também não era possível. Esse procedimento era considerado crime de dupla identidade. A Transfantasmagoria era, então, uma forma de não ir para a prisão.

Após sua cirurgia, por falta de uma legislação própria para a condição transexual e por sua iniciativa, tirou uma nova documentação para poder se articular socialmente. Como consequência, perdeu todos os seus direitos anteriores, inclusive o currículo escolar e profissional, tornando-se um analfabeto. Passou, então, a exercer várias profissões para poder sobreviver: pedreiro, pintor, vendedor, cortador de confecção de roupas, massagista de shiatsu, entre

²⁹ Em 1971, por exemplo, na cidade de São Paulo, Roberto Farina realizou uma Cirurgia de Redesignação Sexual (CRS) em Waldirene Nogueira, uma mulher trans e foi acusado de lesões corporais graves pelo CFM, sendo condenado a reclusão de dois anos sob alegação de infringir a disposição do art. 129, § 2º, III, do Código Penal Brasileiro. Mais informações podem ser encontradas em Lucarelli (1991).

Transfantasmagoria: uma breve transarqueologia da (in)visibilidade transmasculina

outras. Por possíveis sequelas pela aplicação de testosterona durante 36 anos, apresenta hoje uma artrose sistêmica. Tem quatro próteses, três órteses e o histórico de um enfarto ocorrido em 2011. (COELHO; NERY; SAMPAIO, 2015, grifos das pessoas autoras).

Entre uma publicação e outra de Nery, além da própria modificação da construção da masculinidade do escritor, ocorreram vários marcos históricos para a população trans brasileira: em 1992 se deu a formação da ASTRAL (Associação de Travestis e Liberados), um movimento social organizado por travestis; em 1997 se deu a aprovação das regulamentações da Cirurgia de Redesignação Sexual (CRS) em caráter experimental pelo Conselho Federal de Medicina (CFM)³⁰ em hospitais universitários, e, posteriormente, se deu o “surgimento comercial da internet, a distribuição gratuita de medicamentos para o tratamento do HIV e o primeiro ano da Parada do Orgulho LGBT que tornou São Paulo destaque mundial” (MISKOLCI, 2013, p. 43). Esses acontecimentos auxiliaram na visibilidade e na criação de políticas públicas formuladas para a população trans ao longo do tempo. Nery faleceu em 2018, após **deixar um legado de transformações políticas e sociais.**

Ainda na mesma geração, nove anos depois de Nery, nasceria **Mário da Silva (1959)**, uma pessoa intersexo³¹ e trans:

Maura Maria, mãe de Itajaí (Santa Catarina), tinha um namorado muito engraçado. Ele é quem a namorava porque ela não queria saber disso. José Carlos, o amoroso de sorte curta, era empregado numa fábrica de tecidos nas Tijucas, bairro da cidade.

³⁰ Disponível em: <<https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/1997/1482>>. Acesso em 09 Jan 2021.

³¹ Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20180218090314/http://blog.diarinho.com.br/por-onde-anda-3>>. Acesso em 09 Jan 2021.

Transfantasmagoria: uma breve transarqueologia
da (in)visibilidade transmasculina

Todos os dias vencia longa caminhada para ver Maura. E Maura insensível. As amigas diziam para ela: “Que bôba você é, Maura. Namorar não é crime.” E Maura calada. A avó, em casa, ralhava: “Que diabo tem você que não aprende a fazer comida. As outras meninas da sua idade já podem até casar.” E Maura misteriosa. Mas agora Maura mudou muito. Mudou tanto que virou Mário. (...)Foram ao médico mais próximo. Intrigado com o exame que fizera, o profissional transferiu o caso para o Dr. José Eliomar da Silva, muito conceituado em Itajaí, formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e com curso de cirurgia em Buenos Aires. Novo exame. E Maura foi internada no moderno e bem instalado Hospital de Itajaí.³²

Dr. José Eliomar da Silva foi conhecido por fazer a primeira cirurgia de redesignação sexual ocorrida no país. Contudo, aqui demonstrarei, através de material transarqueológico, que outras ocorreram mesmo antes. Resta a dúvida: a ocorrência da cirurgia de Mário da Silva foi facilitada pela condição de patologização de corpos intersexo, já que ela ocorreu antes da Resolução do Conselho Federal de Medicina nº 1.482 (1997)? Visto que cirurgias não consentidas sempre foram e ainda são realizadas em pessoas intersexo, minha hipótese é que sim, com a diferença de que nesse caso Mário da Silva a desejava. Agora, a Transfantasmagoria:

Que fim levou Mário da Silva? Não sei (...) Ainda que eu discorde da noção de que exista qualquer transmasculinidade que não seja passível de questionamento pelo sistema de representação cis-[endo]heteronormativo branco, penso que este dilema nos ajuda a entender por que a vida de Mário da Silva segue adiante sem deixar outros vestígios em matérias jornalísticas. A partir do momento em que Mário da Silva passa como cisgênero [e endosexual], isto é, ganha circularidade social como homem, ele

³² Cruzeiro (RJ), 21 de janeiro de 1959, edição 16. Texto de Arlindo Silva.

Transfantasmagoria: uma breve transarqueologia da (in)visibilidade transmasculina

deixa de “interessar” como fato jornalístico. (AGUIAR, 2020, p. 58 e 59).

A geração posterior à de Nery e Silva contou também com outros importantes homens trans, pessoas transmasculinas e/ou inconformes aos gêneros binários, que lutaram e ainda lutam contra a Transfantasmagoria.

Onze anos após o nascimento do autor, nasceria Raicarlos Coelho Durans (1961) em Teresina. Durans completa 60 anos em 2021, e é militante LGBTQIA+ da democracia e político candidato a vereador nas eleições de 2020 em Marituba, no Pará. Um ano após Durans, nasceria também o escritor e poeta trans Anderson Herzer (1962), em Rolândia, no Paraná. “Bigode”, como Herzer era conhecido, foi um ex-interno da FEBEM suicidado/e³³ na cidade de São Paulo em 1982, ano em que seu primeiro livro “A queda para o alto” (1982) foi publicado. Em 1964 nasceu também Sillvyo Luccio Nóbrega em Fortaleza. Com formação no campo de Letras, ele é funcionário público morador de Pacatuba, interior do estado do Ceará. Ele é uma das pessoas fundadores do Grupo de Resistência Asa Branca (GRAB), de 1989. Nóbrega estreou como ator³⁴, no documentário “Olhe pra mim de novo”, de Cláudia Priscilla e Kiko Goifman, exibido 39º Festival de Cinema de Gramado, em 2011:

Um road-movie pelo sertão do Nordeste Brasileiro. Sillvyo Luccio - o personagem principal - atravessa os estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. Pelo

³⁴ Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20070930022324/http://www.senado.gov.br/eduardosuplicy/noticia.asp?data=26%2F12%2F2006&codigo=17207>>. Acesso em 09 Jan 2021.

³⁵ Ator em sua acepção de atuante, de pessoa que executa ações em manifestações cênicas.

Transfantasmagoria: uma breve transarqueologia da (in)visibilidade transmasculina

caminho encontra uma família com doença genética, uma mãe que recorreu ao DNA para saber se seu filho - já com 33 anos - foi trocado na maternidade, uma família de albinos. O ponto de partida é a pequena cidade de Pacatuba, no Ceará. Segundo o próprio personagem que conduz a viagem: 'ele nasceu mulher, tornou-se lésbica e agora é homem'. Sillvyo Luccio é um transexual masculino em fase de transformação no sertão brasileiro, uma região marcada pelo forte calor, pobreza e também pela cobrança de extrema virilidade do homem. Paradoxos e singularidades em um filme de viagem sobre maternidade e famílias contemporâneas. Tem que ser muito macho.³⁵

Por volta de 50 anos antes de Nery, no início do século XIX, nasceria Vasconcelos. A notícia não explicita o procedimento efetuado, mas a narrativa que apresento aqui é de 1939, no Rio Grande do Sul, e refere-se a um dos primeiros homens transgêneros a efetuar cirurgia de afirmação sexual no Brasil, antes mesmo de Mário da Silva. A narrativa foca o processo de transformação corporal de Vasconcelos:

A MULHER virou "homem"

PORTO ALEGRE, 26 - A menina Almerinda Vasconcelos submeteu-se a uma operação em Bagé, mudando de sexo.

A imprensa procurou o novo "homem" e pediu-lhe suas impressões, respondendo "êle" às primeiras perguntas:

- Sempre foi meu maior desejo ser homem. Queria ter uma esposa. Uma casa, de onde eu pudesse sair e entrar quando quizesse. Pensava sempre, que, quando isso alcançasse, seria feliz, seria feliz, felicíssimo. E hoje já me encontro envolvido nessa felicidade. Hoje, mais do que nunca dou valor á vida, sei

³⁵ Disponível em: <<http://olhepramimdenovo.wordpress.com/>>. Acesso em 09 Jan 2021.

³⁶ Notícia do jornal A Gazeta (SC), publicada em Florianópolis, terça-feira, 24 de Março de 1939, ano V, edição n. 1406

Transfantasmagoria: uma breve transarqueologia da (in)visibilidade transmasculina

quanto vale um homem, principalmente um homem de bem, o que pretendo ser.³⁶

A Transfantasmagoria ocorre nessa mídia através da atribuição dúbia de gênero à Vasconcelos. Na notícia, são criadas camuflagens que tornam a vivência objetificada indistinta ou irrisória no ambiente narrativo que a atravessa. Isso ocorreu devido à políticas de interesse excessivo que beiram o desinteresse – o paradoxo do duplo vínculo (HABIB, 2020b) –, já que a notícia é concomitantemente pequena, invisível, e grande, hipervisível: sua pequenez e desinteresse estão configurados pela posição na folha de jornal (a notícia é a última do canto inferior direito), por sua apresentação em letras minúsculas, e pelo tamanho ínfimo da reportagem (17 linhas). É Vasconcelos invisível após efetuar tão importante procedimento para as políticas de saúde? Apesar dessa invisibilidade, há simultaneamente uma visibilidade outra, um interesse excessivo que torna a notícia grande: o único destaque discursivo gráfico se deu na expressão “A MULHER”, impressa em negrito e caixa alta – o único outro título impresso com mesmo destaque é o nome do jornal.

A única importância do fato não foi médica, nem judicial, mas foi a reafirmação cisheteronormativa do lugar de “mulher” à Vasconcelos, visto que ele nunca poderia ser um “homem de verdade”. Essas narrativas biologizantes, que atribuem à ele a categoria de “mulher” por repetição exaustiva – em “A MULHER”, “a menina” e nas expressões entre aspas em ““êle” e ““homem””, que pretendem afirmar a inexactidão de se referir à Vasconcelos por pronomes masculinos e pelo binômio sexo/gênero homem – parecem lembrar a fragilidade da masculinidade dominante cisgênera e endossexual, que não pode perder seu posto único, imutável e fixo.

Contudo, trata-se explicitamente da narrativa sobre um homem trans, já que Vasconcelos, em sua própria fala, refere-se a si mesmo como homem e utiliza para si pronomes masculinos,

com felicidade. Essa narrativa, em específico, deve ser disputada, portanto, como uma narrativa de vivência de um homem transgênero.

A (in)visibilidade é, então, uma política gerenciamento do (in)dizível. As condições de "dizibilidade" (FOUCAULT, 2000, p. 92) foram permeadas pela rapidez discursiva, já que a narrativa de Vasconcelos tomou apenas um parágrafo, no domínio do "homem de bem". As condições de conservação na narrativa (FOUCAULT, 2000, p. 92) são igualmente definidas pelo domínio do "homem de bem": elas diferem da maioria das outras mídias que tenho localizado com vivências de homens trans, pessoas transmasculinas e/ou inconformes às binariedades, já que é uma das poucas em que há um nome e uma localização para o sujeito. A validação das inscrições dos enunciados (FOUCAULT, 2000, p. 92) se deu igualmente pela veiculação dos mesmos em jornal de alta circulação. A reativação da memória (FOUCAULT, 2000, p. 92) se deu também parcialmente, não sendo reproduzido aqui todo o conteúdo da página, apenas o da notícia em que há uma pessoa do grupo focal, em adição à uma análise gráfica comparativa à outras narrativas na página impressas. Por último, as disputas por domínios discursivos (FOUCAULT, 2000, p. 92), de igual modo, se dão na medida em que os próprios objetivos do meu texto pretendem (re)escrever essas produções, oferecendo a essas vivências novas perspectivas históricas. Homens trans, pessoas transmasculinas e/ou inconformes às binariedades não são fantasmas, nem um "'fenômeno' 'novo'".

Finalizo essa breve genealogia com o caso de outra pessoa transmasculina, homem trans e/ou inconforme à binariedade de sexo/gênero que, em 1897, espancou um inspetor de polícia após ter sua inconformidade de gênero fiscalizada e revelada por "um pai de família". A violência dirigida à produção de atos corporais inconformes à cisheteronorma terminou com "bordoadas":

Transfantasmagoria: uma breve transarqueologia da (in)visibilidade transmasculina

DIA A DIA

A semana que finda é uma caixinha de surpresas. A mão da Providencia, para distrahir-nos o espírito, um a um tirou do desconhecido casos interessantes que a imprensa expoz da vitrine do noticiário.

Não quero fallar no aspecto do céu politico que tanto preocupou a astrologos e a astronomos. Observadores sagazes vião alli um Ministro invisível a olhos desarmados, em quanto que contempladores ingenuos e de boa fé asseguravão que para o lado da justiça o céu estava vasio...

Deixemos, porém, assumpto tão alto, e tratemos de cousas mais modestas, não menos interessantes.

Entre a curiosidade desses sete dias figurão tres mudanças extraordinarias.

O *bond* n. 115, aquelle famoso *bond* que só andava para trás, certa noite, no Flamengo, mudou de tendencias, mudando de ares. Não é mais o *bond* do regresso; agora avança com denodo e pressa, e não ha motorneiro que o contenha. Ha dous dias, na sua sofreguidão em correr, deu um grande tombo em um companheiro, na linha do Cattete.

Deixando a linha do Flamengo, deixou a vida antiga; mas apezar disso continúa sempre um *bond* infeliz; ouve maldições quando pára, e maldições também se dispdra.

As outras duas metamorphoses são mais espantosas ainda: um homem virou mulher, e uma mulher virou homem.

Compensação!

O homem-mulher vestio saia, arranjou seios artificiaes e andou como cozinheira e criada de quarto! Felizmente o dono da casa conseguiu ter em mãos a prova da falsidade; e a mulher postiça que vestira o alheio, deixou na Policia o nome e o vestido femininos.

A mulher-homem encheu de admiração os povos e de bordoadas um inspector.

Não sei se cheia de razões, mas carregada de espigas de milho, sovou com ellas a autoridade que, na confusão daquella scena, dizia lá comsigo: Que espiga!

A mulher, que ao contrario do outro ou da outra, é toda mulher, com excepção do braço que é de homem, foi enfim conduzida á Policia, desarmada.

O barulho, em que se confundirão, não fraternalmente, as barbas do milho e as da autoridade, veio demonstrar mais uma vez que a força da Policia é muitas vezes uma fraqueza.

Transfantasmagoria: uma breve transarqueologia da (in)visibilidade transmasculina

Desses tres casos se infere que neste mundo de illusões uma pessoa quando menos espera, encontra o que a linguagem popular denomina uma espiga. Que o digão: os passageiros dos *bonds* que se encontrarão, o pai de familia maravilhado com a sua descoberta, e a autoridade espantada por ser espancada.

E não foi só no sentido figurado que o inspector encontrou uma forte espiga.

De um general que durante a batalha se escondeu em um moinho, disserão que em vez de sahir dalli coberto de gloria sahio coberto de farinha.

O inspector sahio coberto de folhas, barbas, grãos, e espigas de milho: quem o vio aprés le combat, juraria que elle regressava de um milharal e não de uma diligencia.

O milho verde é excellente, mas não assim; em cangica, come-se bem, mas em sova é difficil de engolir. Que o diga o distincto inspector que não poderá ver mais com bons olhos o innocente milho, nem sob a fórma de fubá. Para vingar-se do vegetal que oppoz a sua espiga á vara da autoridade, e ao mesmo tempo para ganhar forças, elle deve, porém, usar sempre do milho, assado, em angú, em papa, em mingáo, de todos os modos em fim, excepto pela receita da mulher.

É um bom meio de castigar aquelle instrumento de feminina colera: arrancar-lhe com furor as barbas, e com requintes de perversidade os grãos, assa-lo na brasa inquisitorial de um fogareiro; applicar-lhe a pena de Talião, esfregando-o de encontro a um ralo feroz, e moendo-o para que elle saiba que com a autoridade não se brinca.

C.A.³⁷

A narrativa presente nesse texto não era apenas consentida, mas estimulada como um dos inúmeros dispositivos de controle cisheteronormativos em operação na época. As maneiras e limites da produção de dizibilidade (FOUCAULT, 2000, p. 92) nesses

³⁷ Notícia do Jornal do Commercio (RJ), publicada no Rio de Janeiro, 10 de Janeiro de 1897, edição n. 10.

enunciados são regidos por algumas normativas, ou seja, são respaldadas na legislação em vigor em 1897:

Mas foram as Ordenações Filipinas que tiveram importância maior, por terem sido aplicadas entre nós durante mais de dois séculos. As Filipinas continuaram vigorando ainda no Brasil independente, adaptadas para a Constituição do Império, com as necessárias atualizações, em 1823. No seu Código Penal, contido no Livro V, o capítulo XIII tratava das pessoas “que cometem pecado de sodomia e com alimárias (animais)”. Nele se determinava que “toda pessoa, de qualquer qualidade que seja, que pecado de sodomia por qualquer maneira cometer, seja queimado, e feito por fogo em pó, para que nunca de seu corpo e sepultura possa haver memória, e todos seus bens sejam confiscados para a Coroa de nosso Reino, posto que tenha descendentes; pelo mesmo caso seus filhos e netos ficarão inábeis e infames, assim como os daqueles que cometeram crime de Lesa Majestade”. (...) No Brasil Colônia, havia ainda a jurisdição eclesiástica, com constituições próprias, distintas tanto da Justiça secular quanto do Tribunal da Inquisição. (...). [E]ssas Constituições — (...) continuaram vigorando até 1900. No Código Penal Republicano [1890], o travestismo era contravenção: determinava-se a punição de 15 a 60 dias de prisão para quem tomasse “trajos impróprios de seu sexo” e os trouxesse “publicamente para enganar”! (TREVISAN, 2020, p. 82-84).

A Transfantasmagoria na narrativa “DIA A DIA”, aqui transcrita, se dá pela noção de que a vivência inconforme às normas de gênero deseja enganar a cisgeneridade, o que demonstra a expressão: “neste mundo de illusões”. A pessoa inconforme às binariedades de sexo/gênero é novamente classificada como “mulher que engana”, ou “mulher louca”, como no trecho “feminina colera”. Essa loucura deve ser parada pelo “inspector” e pela “Polícia”, **com punição de 15 a 60 dias de prisão**, e pela “brasa inquisitorial” da Justiça secular e do Tribunal da Inquisição. A

Transfantasmagoria: uma breve transarqueologia da (in)visibilidade transmasculina

Transfantasmagoria ocorre também na ausência de informações pessoais e do nome civil, que não se encontram documentados, ou na ausência de outras materialidades que referenciem sua identidade de alguma forma. Nessa narrativa, a pessoa não chega a ser pessoa, e a ausência de identificação se deu por objetificação: a pessoa, ininteligível, mas nem por isso menos “extraordinária”, “não menos interessante”, torna-se um objeto qualquer, uma espiga-de-milho.

A objetificação é também uma forma de tornar uma pessoa (in)visível. A produção corporal, através da narrativa cisgênera violenta, foi feita por meio de “folhas, barbas, grãos, e espigas de milho” – elementos fragmentados e dispersos, mas que compõem referências ora a objetos confusos, ora a extensões corporais, como em “arrancar-lhe com furor as barbas”, ou seja, pêlos faciais ou pêlos da espiga-de-milho, e “com requintes de perversidade os grãos”, ou seja, prótese genital ou grãos da espiga-de-milho. A “espiga-de-milho”, por sua vez, torna-se ora a prótese como extensão do corpo, ora a referência a elementos da produção corporal, ora o próprio ser.

Essa narrativa pode ser disputada nessa notícia do “DIA A DIA” como relativa à homem trans, pessoa transmasculina e/ou inconforme à binariedade de sexo/gênero, devido à cotidianidade do fato. Esse discurso apresenta uma existência, ou seja, uma maneira de ser, estar, existir, e não uma tentativa de se enganar alguém por meio de roupas, já que no ano em que ocorreu, 1897, o vestuário era importante recurso de produção corporal generificada, quando pouco se sabia sobre outras modificações corporais (im)possíveis. Por fim, pode-se perceber igualmente narrativas biologizantes no relato, em expressões que assignam partes do corpo à gêneros específicos, como em “braço que é de homem”, e assignam o corpo da pessoa à categoria única e equivocada de “mulher”.

Essa contravenção penal, junto do assombro que o fato de 1897 causou, possivelmente facilitou a conservação (FOUCAULT, 2000, p. 92) desses enunciados com o objetivo de marcar exemplo à população do que não deve ser feito, do “bom meio de castigar” com “requintes de perversidade”. Nenhuma pessoa deseja ser assada na “brasa inquisitorial de um fogareiro”, ser esfregada em “um ralo feroz” e ser moída. A validação (FOUCAULT, 2000, p. 92) das inscrições dos enunciados se deu pela veiculação dos mesmos em jornal de alta circulação.

A reativação (FOUCAULT, 2000, p. 92) se deu parcialmente, não sendo reproduzido aqui todo o conteúdo da página, apenas o da notícia em que há uma pessoa do grupo focal. Por último, há as disputas por domínios discursivos se dão na medida em que os próprios objetivos do meu texto pretendem (re)escrever essas produções, oferecendo a essas vivências novas perspectivas históricas.

Em 1897, uma pessoa transmasculina, homem trans e/ou inconforme à binariedade de sexo/gênero espancou um inspetor de polícia. Em 1897, uma pessoa transmasculina, homem trans e/ou inconforme à binariedade de sexo/gênero fez História. Procuram-se fantasmas.

Procuram-se fantasmas

Essa breve genealogia pode auxiliar na compreensão da (in) visibilidade atual de homens trans, pessoas transmasculinas e/ou inconformes aos gêneros binários, como campo de contestação de inteligibilidade, indicando algumas ferramentas de combate à mesma, que dizem respeito à luta contra a violência direcionada a esse grupo de pessoas. As alternativas³⁸ que apresento, segundo minhas análises, indicam a necessidade de formação de arquivo; coleta de memórias transmitidas por pessoas dessa população

Transfantasmagoria: uma breve transarqueologia da (in)visibilidade transmasculina

e suas variadas comunidades; apresentação de fatos históricos registrados academicamente pela cisgenderidade sobre esses grupo e pessoas transcestrais, publicados em pesquisas em periódicos científicos ou revistas de alta circulação, que precisem de (re)escrita histórica, em formas que disputem omissões, invisibilidades e destruições de arquivo, apontem equívocos e sugiram transformações; produção de uma ética citacional de pesquisas de homens trans, pessoas transmasculinas e/ou inconformes aos gêneros binários, como ferramenta de justiça epistêmica anticolonial e de tracejo histórico dessas vivências e de suas produções; coleta de narrativas que envolvam aspectos da história desse grupo, das suas existências e das existências de sua comunidades, como memórias sobre artistas, ativistas e outras pessoas membras de seu grupo social, vivas, falecidas ou assassinadas; consideração de aspectos da história dos movimentos político-sociais, ações coletivas e modos de vida comunitários relativos à essas pessoas, registrados ou não academicamente; debates em perspectivas anti-coloniais, étnico-raciais e transfeministas; destruição de arquivos de violência.

³⁸ Essas alternativas são parte dos objetivos do Museu Transgênero de História e Arte, criado em 2020 por mim.

Referências bibliográficas

AGUIAR, Juno Nedel Mendes de. Habitando as margens: a patologização das identidades trans e seus efeitos no Brasil a partir do caso Mário da Silva (1949-1959). Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Global, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2020.

BOURCIER, Marie-Hélène. Queer Zones 3: Identités, cultures, politiques. Paris: Amsterdam: 2011.

BUTLER, Judith. Excitable Speech: A Politics of the Performative. New York: Routledge, 1997.

FOUCAULT, Michel. Arqueologia das ciências e história do pensamento. Ditos e Escritos II. Org. Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p. 92, grifos do autor.

HABIB, Ian Guimarães. Corpos Transformacionais: A facetrans no Brasil. Arte da Cena (Art on Stage), v. 6, n. 2, p. 68-106, 2020a. _____ . Corpos Transformacionais: Proposições decoloniais sobre corpos e diversidades de gênero nas artes da cena. In: ALMEIDA, Saulo Vinícius; BRONDANI, Joice Aglae; HADERCHPEK, Robson Carlos (Orgs.). Práticas decoloniais nas artes da cena. São Paulo: Giostri, 2020. p. 183-204.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (org. e trad.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

HALBERSTAM, Judith. Female masculinity. Durham: Duke University Press, 1998.

Transfantasmagoria: uma breve transarqueologia da (in)visibilidade transmasculina

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

LUCARELLI, Luiz Roberto. Aspectos jurídicos da mudança de sexo. Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, São Paulo, n. 35, p. 213-228, jun. 1991.

MISKOLCI, Richard. Networks of desire: The Specter of aids and the Use of Digital Media in the Quest for Secret Same-Sex Relations in São Paulo. Vibrant. Vol. 10, n. 1, 2013.

NELSON, Emily. FTM Trans Theory VS. Trans Narratives: Working Towards an Updated Trans Theory. Masteruppsatsi: Uppsala Universitet, 2011.

NERY, João Walter. Erro de pessoa. Rio de Janeiro: Record, 1984. _____. Viagem Solitária: Memórias de um transexual trinta anos depois. São Paulo: Leya, 2011.

NERY, João Walter; COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas; SAMPAIO, Liliana Lopes Pedral. João W. Nery-A trajetória de um trans homem no Brasil: do escritor ao ativista. Revista Periódicus, v. 1, n. 4, p. 169-178, 2015.

ROSA, Guimarães. Grande sertão: veredas. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2019.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: UFMG, 2010.

TREVISAN, João Silvério. Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. São Paulo: Editora Record, 2000.

A necapolítica: subversão e educação

por Sara Wagner York



Sara Wagner York ou Sara Wagner Pimenta Gonçalves Jr., é licenciada em Pedagogia (UERJ) e Letras – Inglês e respectivas Literaturas (UNESA), Graduanda em Letras – Português e respectivas literaturas (UNESA), Especialista em Orientação Educacional, Inspeção Educacional e Supervisão Educacional (SSVP); Especialista em Gênero e Sexualidade (CLAM/IMS/UERJ) e Mestre em Educação (GENI/ProPec-Capes7 – UERJ), foi bolsista CNPq e atua como docente no Ensino Superior e na Educação Básica, além de tradutora.
E-mail: sarayork.london@yahoo.co.uk

O título inicial deste texto, que é uma adaptação da dissertação de mestrado, era *Travesti não é bagunça*, em homenagem a **travesti** e educadora social Luana Muniz. Trago uma parte do diálogo feito em minha dissertação de mestrado, o que em si, é uma grande conquista e produção de um arquivo para mim e meus pares. O desejo em modificá-lo aparece após insistentes textos lidos e assistidos em seminários e congressos, onde pessoas trans e travestis aparecem sempre relacionadas à discussão sexo-genital. Nada mal falarmos de sexo e gênero e aqui trataremos de alguma forma de ambos, mas, a publicização do corpo trans e travesti sempre ressaltado com foco na genitália era aspecto fundante das publicações de outros tempos. Se travestir, enquanto verbo transitivo direto ou indireto (possibilidade dupla) sua flexão tem sido evitada de modo a ressaltar as novas implicações da palavra nos últimos anos, quando a identidade política foi corporificada a luta de toda classe de pessoas transgêneras e transexuais. Sendo a genitália algo de cunho privado, seu acionamento, muitas vezes, é o fator chave para a inferiorização, objetificação e/ou exotificação do corpo trans/travesti, em função da redução de todo sujeito à sua genitália. É, também, o fator usado como prerrogativa no emprego da necropolítica, definida por Achille Mbembe, quando pensamos a exclusão dos corpos trans. Ou seja, quando pensamos na política da morte e da aniquilação do sujeito trans, teremos o discurso de estarmos fora do script, ou que algo não é natural para aquele corpo e sendo desta forma, **tudo que estaria relacionado aquele sujeito não teria relevância social, portanto digno de ser apagado**. Ao trazer a Neca, uma palavra do pajubá, que se relaciona ao significado de pênis, mas também nas designações para genitália masculina, fálica ou o próprio dildo, numa acepção de **Paul B. Preciado**.

Luana, bradava: Travesti não é bagunça!

Trago Luana, como poderia trazer **Dandara Ketlyn** e cujo objetivo está em evidenciar a distância na imagem social de

travestis no cotidiano publicizado pela grande mídia e as mulheres trans, estas de uma outra qualidade, limpas e socialmente bem-vindas, entretanto a distância entre as duas palavras é social. A razão para o uso da autodenominação travesti vem sendo feita por boa parte de mulheres trans e as próprias travestis, por compreenderem tal reivindicação, e aqui é o meu caso, um ato político de estreitamento entre estas imagens sociais.

A imagem social dos sujeitos é algo central na hierarquização social, em *Clamor de Antígona: parentesco entre a vida e morte*, de 2014, Judith Butler traz o luto público de Antígona, personagem de Sófocles que decidiu chorar publicamente pela morte de um de seus irmãos. Esse ato contrariava a lei soberana uma vez que os gestores tentam, com muita frequência, regular e controlar quem será e quem não será lamentado publicamente e uma vez que não temos imagens mentais saudáveis de pessoas trans fomentadas pelas mídias, como tornar o ser desprezível, alguém relevante e merecedor de algum afeto ou expressão de humanidade?

Ainda sobre a construção de uma imagem social aceita, podemos pensar, por exemplo, no modo como os meios de comunicação divulgam as imagens de atentados em países europeus, e também na América do Norte, versus sua divulgação sobre países do Oriente Médio. Diante da dor do hegemônico, ainda que não façamos parte dele, muito rapidamente, descreve Butler, “o luto público encarregou-se de transformar imagens em ícones para a nação, em contrapartida e de modo quase sempre antagonístico (...) que o luto público pelos não americanos foi consideravelmente menor e que não houve absolutamente nenhum luto público pelos trabalhadores ilegais”.

Classe, raça, capacitismo, território, geração e outros marcadores sociais da diferença, marcam essa escrita que contextualiza a emergência dos corpos trans para a cena educacional, **uma vida travesti em uma sala de aula, enquanto aluna, mas também**

enquanto docente. Não que antes não estivessem travestis na área da educação! Mulheres como **Luma Andrade, a primeira doutora travesti da educação no Brasil** e **Paula Beatriz, a primeira mulher trans diretora escolar** já percorriam estes caminhos já no final da primeira década.

Nossas representações e imagens foram sendo estabelecidas fora dos grupos trans, mas também dentro e esse a tantos outros movimentos tornaram se centrais no empenho para o início dos cursinhos especiais para este coletivo. Respeito e histórias contextualizadas foram os pilares e razão de tantos esforços da criação dos **PREPARANENS** que desde **2016**, alcança êxitos consideráveis e dignos de muitos aplausos.

Enquanto sujeitas marcadas por intensidade social e (ainda) pela abjeção, mas também pelo uso complacente do discurso “de inclusão”, sentimos, de modo transparente em minha vivência docente, familiar e social, a marca da diferença. E em razão desta marca temos emergido nas compreensões e feito uso do “essencialismo estratégico” (SPIVAK, 1993) como aporte na luta por direitos básicos. Humanas, somos travestis, **somos pais, mães, artistas, etc.**

É diante deste “essencialismo estratégico” que me coloco como **professora, travesti, pai, avó e pesquisadora**. Por exemplo, sou comumente apresentada como exemplo de profissional a qualquer trans/travesti que escape da lógica moral (uma trabalhadora do sexo, por exemplo). Apesar da possibilidade de ser, sou um exemplo daquilo que travestis prostitutas deveriam ser, segundo a ética moral e conservadora banhada em moldes cristãos que acionam, muitas vezes, o processo de demonização de sua sexualidade dos sujeitos não conformes. Mas, diante de colegas profissionais da educação, sou um exemplo de profissional que “dá problemas”, por apresentar muitas questões que problematizam o contexto hegemônico escolar, por causar desconforto em muitos grupos, por questionar a normatividade, os assentos privilegiados e ser

alguém que “estaria sempre pronta para o ataque”, quando, na verdade, face a um CIStema que opera em outra mão, estamos saindo do modo reativo. Nossas ações e vivências são firmadas de modo que ao mesmo tempo nosso aspecto positivo é usado de modo contrário, paradoxos vivenciais na docência trans. Onde tudo machuca, **questionar passa a ser muito ofensivo para aquele que está acostumado ao seu privilégio.**

Insisto em dizer, muitas vezes, que sou avó, talvez por que o meu maior medo seja reviver com meu neto o dia em que encontrei meu filho no aeroporto, depois de quinze longos anos de saudade e dor, um abraço de pai e filho e um comentário de alguém em voz alta: “esses ‘viado’ não respeitam ninguém!” Pai em um momento – aos 16 anos – e avó, com alguma experiência sobre a vida e nossos processos de escolhas e de narrar a nós mesmas neste momento. Quero sair e passear com meu neto, sem precisar me preocupar se serei humilhada mais uma vez, e sempre publicamente, e sem apoio de qualquer um que assista a cena. Quero ser (re)conhecida, talvez, por medo de nunca poder caminhar junto à família, que posso ter somente agora. E isso é Educação! Essa educação formativa iniciada em casa, com nossos familiares é, ou deveria ser ampliada e melhor ajustada no ensino formal.

Para que possamos compreender e também nos articular, enquanto travestimigrante, travesti-pai, travesti-avó, travesti-mãe e tantas outras formas, o caminho é através da educação. A presença docente-trans na escola, por exemplo, causa ajustes invisíveis que ganham força diante de uma discussão sobre processos de expulsão de crianças LGBTI na escola. Há casos cada vez menos comuns, como em um evento no qual uma coordenadora disse-me que “cada um tem sua opção sexual”, ao corrigi-la, diante da turma, pelo erro cometido (quanto à opção, e não orientação sexual), o que deveria ser agradecimento passou a ser motivo de agressão e falta de tato diante da turma. Eu me pergunto: e

se fosse uma correção sobre uma resposta de uma equação? Não sou “exemplo de professora” entre o grupo hegemônico de professores/as/xs, por questionar sempre as naturalizações, aquilo que **Raewyn Connell** conceituou como “o modelo hegemônico, ‘normal’, de masculinidade... tão predominante que muitos creem que as características e condutas associadas ao mesmo sejam ‘naturais’. Logo, para me afastar desses aspectos naturalizados e questionar tais naturalizações, mulher travesti tem sido a forma mais comumente usada por nós como autorreferência, por trazer significados múltiplos de existência ou resistência política, ao referenciar mulheres nascidas com sexo anteriormente categorizado como biológico, definido como marcador fálico de poder nos jogos de sexo/gênero relacionados ao masculino. Nunca foi, meu falo é de mulher! Isso é Luana Muniz em ação.

Por ser discordante de qualquer expressão de gênero e identidades que fortaleça o determinismo fálico, travesti, antes de tudo, é a escolha por um lugar político de inserção e emergência de outras posições de sujeitas gendradas e que, talvez, dialogue com a luta contra a mutilação neonatal em Intersexos (por séculos, chamados, erroneamente, de hermafroditas, como aponta Michel Foucault nos Diários de Herculine Barbin), ao reclamarem seu direito à ordem de seus próprios corpos. Sobre o determinismo, Gayle Rubin (Tráfico de Mulheres, 1975), afugentando o determinismo biológico e o universalismo, descreve os papéis sociais de homens e mulheres, apontando exemplos de tribos não ocidentais (algumas das tribos da Nova Guiné). No ensaio, Rubin utiliza os dualismos sexo/gênero, corpo/mente e natureza/cultura para identificar como os humanos transformam as fêmeas de sua espécie em mulheres domesticadas e como, a partir disso, é estruturado um mecanismo de funcionamento no qual a sexualidade humana forma e mantém a regra da heterossexualidade como compulsória, na categoria de Adrienne Rich.

Todavia, sendo a identidade uma atribuição cultural, ela é sempre dita e nomeada no contexto de uma cultura, por ser categoria política. É, também, na cultura, banhados pelas artes e pela política, que os corpos são significados, representados e interpretados, que diferentes sociedades e grupos atribuem significados também diferentes às características físicas. Determinados traços ou características podem ter importância, serem considerados notáveis e, então, se constituírem em "marcas" definidoras, ou, ao contrário, permanecerem banais, irrelevantes, desprezíveis e/ou descartáveis. Outra posição é aquela de não adequação ou que amplia a norma, de binária à múltipla, nos registros civis, uma vez que padrões não-binários já existem enquanto realidade em nossas sociedades. No entanto, o cunho piadístico na sala dos professores/as ainda é recorrente até nossa chegada. Professores, especialmente os cis-homens que ainda usam de adjetivos descritores de alunos como: "fulano do sétimo ano, aquele meio viadinho!" ou "fulana do nono ano que está dando pra geral", ou ainda, "ele é gay, mas é muito inteligente!"

Compreendemos que, ao nos estabelecer dentro do binarismo/binômio (sexo-gênero, masculino-feminino, público-privado, oriental-ocidental, norte-sul, homem-mulher, mente-corpo, natureza-cultura), seguiríamos alimentando políticas de exclusão e cerceamento. Observar o mundo de modo binário é apequenar a experiência humana. Logo, ao asseverar que sou travesti, estou me autodeclarando como alguém que não compõe a possibilidade transitória, do trânsito, mas sim de outro lugar, um não lugar, aquele não gerado por uma localização ou enquadramento, tal como concebeu Judith Butler, mas que aprendi primeiramente nas falas das mais velhas. Não à toa sou uma mulher com gênero feminino, sexo masculino (sic), agnóstica e com nome de uma mulher judaico-cristã. O abjeto, mencionado por Butler como *queer*, por vezes, se confunde àquele deslegitimado que, no Brasil,

foge dos aspectos (neo)liberalistas (por seu turno, discutido algumas vezes no decorrer desta leitura), que nomeia e alimenta as marcas no/do capitalismo. Aqui também se critica o *queer*, nas palavras de Paco Vidarte em 2007:

O esquisito na universidade também serve para isso: gera renda, abre portas, ministra cursos, dá nome, dietas, títulos, créditos, prestígio e satisfaz a todos, diletantes e conferencistas sobre salário. Faz parte da capital logo quando é negligenciada e esquece que a passagem do queer pelas salas de aula é apenas um fenômeno tangencial, oportunista, contingente, pode nascer da melhor vontade, mas isso sempre estará em contradição com a instituição, com qualquer instituição, **porque não existem instituições queer...**

Entretanto, pelas ruas, nota-se que o abjeto, no (i)mundo Brasil não coaduna com aquelas que acessam a universidade (e, quiçá, pública alinhavada à classe média nacional), pois ainda é ser, estar ou parecer travesti, sem rota de fuga ou caminho de escape, pertencer ao não lugar. Alguns/algumas pesquisadorxes/as ocuparam-se na criação e na diferenciação dos conceitos c(l)ínicos de travesti e transexual, empreendendo grande esforço histórico para nomear um queer americanista, “basta meia hora de fome e o ajuste cis vem”. Às travestis, resta mais que meia hora de fome, às vezes é uma vida.

Mais uma vez, percebe-se que a identidade é um conceito polissêmico, que é, também, empregado por distintas vertentes teóricas e campos disciplinares. Na ótica que assumo, no âmbito da cultura e da história, supõe que os sujeitos se fundem na co-criação de suas identidades, entendendo, também, que os sujeitos tecem em si confluências múltiplas e distintas identidades (em gênero, raça, etnia, sexualidade, geração, alianças estratégicas, laços, parentalidade, etc.), à medida em que são interpelados por diferentes situações, instituições ou agrupamentos sociais.

Stuart Hall, citado por Guacira Louro, auxilia-nos na compreensão destas identidades quando lança que **a identidade é um ponto de apego provisório a uma determinada posição-de-sujeito**. Reconhecer-se numa identidade supõe, então, responder afirmativamente a uma interpelação e estabelecer um sentido de pertencimento, que pode significar reconhecer-se ligado a um grupo social de referência. Além disso, há o paroxismo do encontro de si. Nada há de simples ou de estável, pois as várias identidades de um sujeito podem lhe cobrar, ao mesmo tempo, lealdades distintas, divergentes ou até contraditórias, como os dados trazidos de manuais médicos ou as organizações militantes que foram deixadas de lado, por falta de suporte em algum momento, e encontradas tempos depois.

Existem trabalhos que exemplificam uma antiga moralização do discurso científico da divisão entre os “bons” e os “maus” desviantes sexuais. O século XVIII marca o fim da livre polimorfia de desejos e práticas sexuais, como demonstra Maria Luiza Heilborn. Um bom exemplo dessa recorrência é o clássico Doutor Lombroso que, apesar de ultrapassado, permanece contemporâneo em muitas falas. Portanto, direciono o caminho que faço neste texto, como uma convulsão de ideias e múltiplos disparados, é assim uma cabeça que passa sua integridade social sob vigília e vigilância.

Afinal, xs subalternxs podem e devem falar por si mesmxs. Eu, enquanto mulher travesti e professora, não permito que meu discurso seja invalidado ou menor, entretanto antes, ele não era ouvido e ainda que fosse, sem credibilidade. Sou uma pesquisadora do asfalto, da luta de viver a cada dia com a possibilidade estatística de uma morte eminente muito maior do que qualquer sujeito da população cisgênera. Morte essa que é quase sempre física mas também simbólica, morte que faz adoecer, minguar a subjetividade e as minhas possíveis potências e desejos, a vida.

A morte do desejo e o apagamento da potência são os primeiros fatores que colocam em cheque toda caminhada trans. No meu caso, por exemplo, sempre percebia que meus colegas, na mesma faixa etária, na mesma série, durante o ensino fundamental e médio, eram seguidamente estimulados a determinadas profissões de força e confiança; a mim, cabia sempre alguma coisa relacionada às artes e à criação. Na verdade, eu fazia essa leitura à época. Hoje, percebo que o oferecido a mim era “algo a ser criado”; por nada dizerem, tudo me era possível. Aos meus colegas, as sugestões eram em torno de profissões tidas como mais sérias e do mundo admirável, como o Direito, a Engenharia ou a Medicina. Enquanto a minha melhor amiga no segundo grau era estimulada a ser tradutora, intérprete ou ainda diplomata, a mim eram sugeridas profissões como cabeleireiro, maquiador, talvez enfermeiro, mas sempre profissões, naquela época, relativas ao corpo – à construção de si – ao cuidado do outro ou de formação mais técnica, normalmente menos valorizadas, mais precarizadas e que preparassem mais rapidamente para a “vida”. Mulheres como **Daniela Andrade (das Tecnologias da Informação)**, **Daniela Mourão (da Química)**, **Giowana Cambrone (Direito)**, **Céu Cavalcante (Psicologia)**, **Vivian Miranda (Física)** entre outras trans, que não eram nem possibilidades em meus sonhos, hoje são reais.

O fato é que, enquanto eu crescia, conhecia vários caminhos e muitas das minhas escolhas (falo em primeira pessoa, mas trata-se de recorrências na vida de muitas pessoas trans) eram limitantes ou eram limitadas por exemplos que faziam pouco ou nenhum sentido, por se apoiarem nas divisões sexistas e binárias. Com isso, ainda ouvia que eu era “muito inteligente”, acredito que numa tentativa de dizer “se vire, se resolva!”, afinal éramos “todos iguais”. Trata-se de estratégias de apagamentos cirúrgicos, muitas vezes agenciados por aqueles/as que estão mais próximos e que tentam executar um papel representativo,

alimentado pela mídia e pela cultura de outrora. As mesmas estratégias que impediam, muitas de nós, enquanto pessoa, de emergir como pessoa trans (possível) em vários espaços e profissões.

Estes acionamentos para exclusão promovidos pela cisgeneridade são rasteiros e se camuflam, muitas vezes, de ações benéficas. Por exemplo, me lembro de perguntarem a mães de alunos gays, como era ter filhos gays? Mas não me lembro de qualquer pessoa me perguntam como é ter um filho hetero. Meu filho foi retirado de meu convívio quando tinha por volta dos 5 anos de idade e eu 21 anos, pelo fato de eu ser uma travesti. Faz-se necessário dizer que a questão das identidades, ainda que as ciências humanas tenham uma longa crítica contemporânea aos seus modos constitutivos, funcionou como encapsuladora de características muito diversas, criando a aparência de unidade. O conceito de identidade permanece fundamental para a luta política, seguindo a teórica do pós-colonialismo Gayatri C. Spivak.

Estes múltiplos atravessamentos corroboram para que eu me compreendesse como sendo uma pessoa com tripla identidade: como se o ser homem fosse incompletude inalcançável, o ser mulher fosse sempre uma característica pejorativa e o ser travesti, um caminho, não mais um direito ou destino. É sobre pertencimento, mas, sobretudo, sobre pertencer-se. Eu gostaria de ser professora desde sempre, mas não tive nenhuma professora que fosse trans ou travesti. Eu gostaria de ser engenheira, mas eu não me recordo de ter visto alguém como eu, que fosse travesti ou trans, ocupando qualquer lugar naquele espaço, o que anunciava precocemente a condição precarizada que viria. Segundo Butler,

“A precariedade implica viver socialmente, isto é, o fato de que a vida de alguém está sempre, de alguma forma, nas mãos do outro. Isso implica estarmos expostos não somente àqueles

que conhecemos, mas também àqueles que não conhecemos, isto é, dependemos das pessoas que conhecemos, das que conhecemos superficialmente e das que desconhecemos totalmente. Reciprocamente, isso significa que nos são impingidas a exposição e dependência dos outros, que, em sua maioria, permanecem anônimos.”

A condição precária aparece (ou deveria aparecer) como um todo neste texto. Ela é uma precariedade do humano, forma de vivência apequenada, diante da capacidade de tantos. É parte do que sentia ao mostrar meus brinquedos (criados por mim) aos adultos, era uma opção de trabalho futuro, um aceno, um exemplo a seguir, percebo hoje. Se tais ações da humanidade são vistas ou percebidas em um sentido precário, o exercício delas pode ser considerado precarizado e/ou precarizador.

Tenho chamado de *prolepCIS* o exercício do abandono de si mesmo, enquanto pessoa trans, por curtos, longos e repetidos períodos de tempo, para atender à leitura de si dentro de uma cisheteronormatividade, para estar nos espaços de socialização. Fazer um caminho trans ou travesti no processo educacional não é como se tornar trans ou travesti depois da formação ou após processos brutais de exclusão. Nesse caminho a gente passa a desejar, a todo custo, querer ser lida como “normal”, como se fosse um respiro. Enquanto hoje a memória trans nacional é revista e apresenta a longínqua e tão contemporânea **Xica Manicongo**, ao lado do corpo que sofre outras demandas (até) discriminatórias, quando questões de classe, território e raça são acionadas. Xica Manicongo, natural do Congo e escravizada, registrada oficialmente como Francisco é conhecida atualmente como a primeira travesti da história do Brasil, considerando os registros de sua existência nos arquivos da Primeira Visitação da Inquisição. **Xica é essencial na construção de memória coletiva**, sendo seu papel relevante na protagonização de identidades grupais, particularmente daquelas identificadas no âmbito das

identidades de gênero trans, tendo em vista sua apropriação simbólica e ressignificação na contemporaneidade.

Ainda no contexto da construção da memória, Le Goff é um dos autores interessantes para pensar sobre isso, como historiador francês do campo da Teoria da História. Ele revela, em *História e Memória* (1924), pontos sobre a memória e sua construção a partir do hegemônico. Foucault, neste mesmo sentido, assevera que o binômio documento/monumento é uma construção da memória produzido pela perspectiva da burguesia. Portanto, o documento, seja ele qual for, está sempre sendo produzido pelo poder hegemônico. Le Goff aponta que:

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. Se no futuro a classificação e hierarquização não se darão por conta de nossas genitais é importante que ratifiquemos que este modo foi balizador para morte de muitas de nós e para exclusão de milhares de corpos trans ou gênero diverso do contexto escolar formal. Se por um lado alunos/as/es sofrem com o olhar da diferença no contexto escolar que tenta muitas vezes padronizá-los numa dinâmica cisheteronormativa, por outro lado o corpo trans docente também carrega consigo alguns registros. Em 2018, por exemplo, após uma aula para a turma do 9º ano sobre interpretação de textos, ao contextualizar uma relação entre duas meninas e dizer que poderiam ser namoradas, fui acusada de estar fazendo apologia ao lesbianismo(sic). Naquele momento, o caso foi discutido, julgado e sentenciado em menos de uma semana, ao ser chamada na secretaria de educação acharam por bem transferir-me de escola. Tudo rápido, constrangedor e sem julgamento ou envolvimento de defesa. Dias depois, alunos/as/es fizeram um abaixo assinado pedindo meu retorno. 33 de 35 alunos/as/es assinaram o pedido, a exceção: as duas filhas do conselheiro

escolar, que coincidentemente é também pastor de uma igreja cristã-evangélica neopentecostal.

Exceções à parte, a maioria dos pais e seus responsáveis sentem que tendo seus filhos/as/es expostos a uma professora trans, os níveis de contraste, corroborarão para contextualização e aumento dos aspectos de respeito, equidade e preparo social para um mundo que cada vez mais coaduna para vida plena para, por e com a diversidade.

Se hoje, eu, **Leticia Carolina, Luma Andrade, Marina Reidel, Thiffany Odara e Megg Rayara** somos algumas das peças na área da Educação que tentamos cometer menos erros que nossos cis-predecessores, mas num futuro breve prevejo que serão tantos nomes que listá-las será feito em muitas páginas e sem qualquer medo de sofrermos perseguição e sermos afastadas para serviços administrativos, como no passado.

Abaixo, algumas iniciativas para inserção de pessoas trans e travestis na Educação:

Pré-Enem Trans - BA
Programa Re(ex)istência
LGBT - BA
Transviando O ENEM - BA
TransPassando - UECE
TravestiVest - ES
PreparaTrans - GO
TransVest - MG
Transenem - MG
Cursinho (R)Existência - PA
Educar e Transformar - PE
Tô Passada - PR
Prepara, Nem - RJ

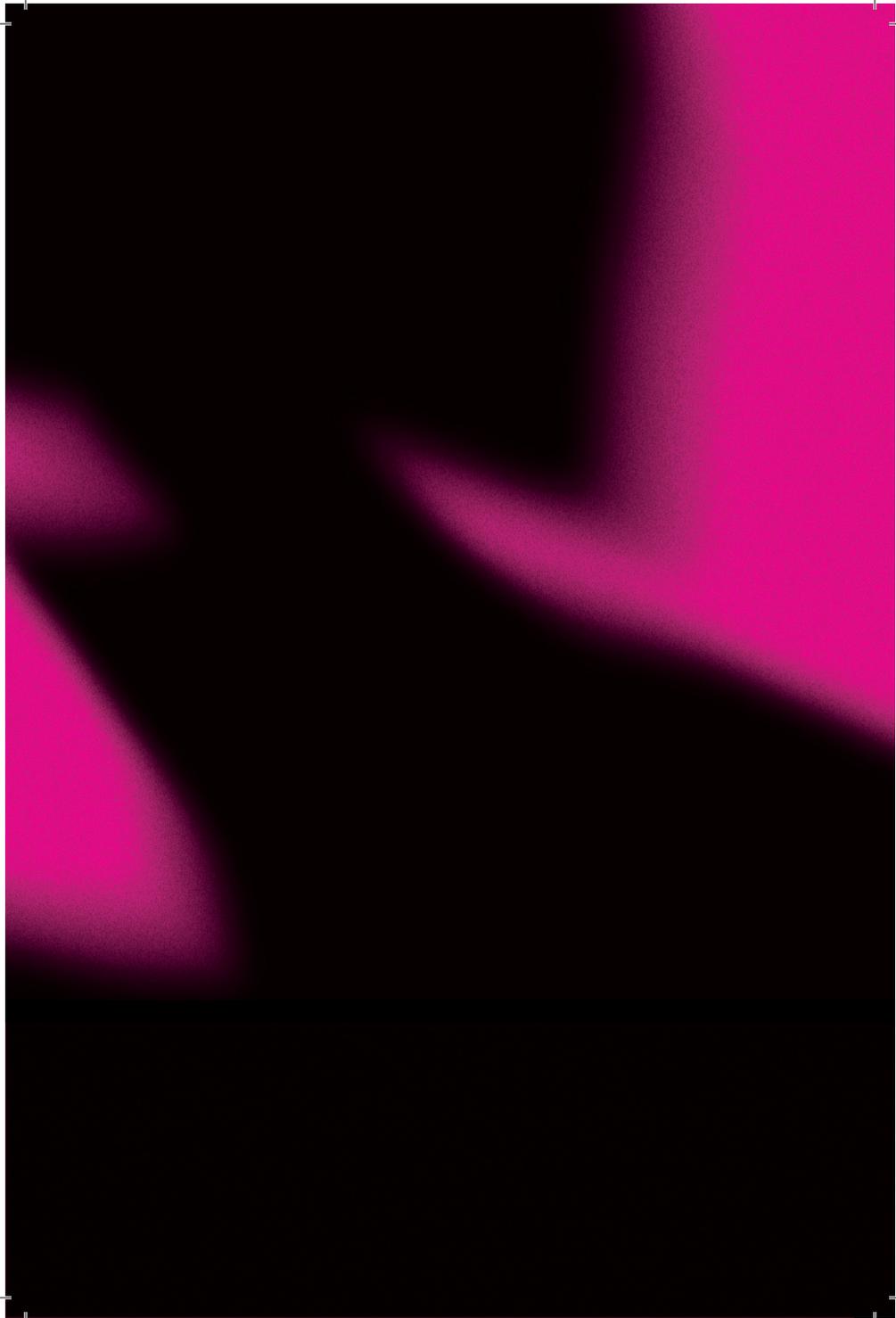
Preparanem - RJ - Niterói
TransCidadania - SP
TransFormação - SP
Casa 1 - SP
Cursinho Triu - SP
TransForma - SP
Escola Preparatória
da UFABC - SP
TransEnem - RS
Manas na Escola - RS
Trans ENEM POA - RS
EducaTrans - SE

“Reivindico meu direito de ser um monstro.”

Susy Shock

A Editora Monstra é uma iniciativa editorial da Casa 1, que tem como propósito documentar e fazer circular pensamento produzido por pessoas LGBTQIA+.

A Casa 1 é um espaço de acolhida para jovens LGBT de 18 a 25 anos que foram expulsos de casa por suas orientações afetivo-sexuais e identidades de gênero, e também uma Clínica Social e um Centro Cultural aberto e gratuito pra todo mundo. Para mais informações, acesse casaum.org



1080

Pró:

Prólogo
1080

Pró:

Prólogo
1080